

Cumbuca

Aracaju - Ano VI - Nº 18 Maio/18 - R\$10,00



ISSN 2317-5117



EDISE



Expediente

Editor

Amaral Cavalcante

Produção

Cândida Oliveira

Design Gráfico

Carol Patriarca
Cícero Guimarães
Liz Carvalho

Revisão

Yuri Gagarin

Coordenador de Pré-impressão

Marcos Nascimento

Gerente Editorial

Jeferson Melo

Colaboradores - Neste Número

Yago de Andrade (colaborador) • Acrísio Gonçalves de Oliveira (pesquisador) • Edilberto Campos (cronista) • Luzia Nascimento (acadêmica e pesquisadora) • Paulo Corrêa Sobrinho (pesquisador) • Ana Libório (arquiteta) • Ivan Leite (poeta) • Carlos Pina (acadêmico e pesquisador)

Cumbuca

Ano VI | Número 18

cumbuca@segrase.se.gov.br

(79) 3205-7421/7400

Rua Propriá, 227 - Centro

Aracaju - SE

CEP: 49010-020



Governo do Estado de Sergipe

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Secretário de Estado de Governo

Elder Sandes Vieira

Secretário de Estado da Comunicação

José Sales Neto



Serviços Gráficos de Sergipe

Diretor-Presidente

Ricardo José Roriz Silva Cruz

Diretor Industrial

Milton Alves

Diretor Administrativo-Financeiro

Filadelfo Alexandre Silva Costa

A Revista Cumbuca não se responsabiliza por conceitos emitidos nas matérias assinadas.

Cumbuca conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Sergipe.

carta ao leitor

O leitor tem em mãos a 18ª Revista Cumbuca, editada pelo Governo do Estado de Sergipe através da EDISE/Segrase, em edição prioritariamente dedicada à mais cara manifestação cultural da gente sergipana, os festejos do Ciclo Junino.

Aqui, o articulista Iago Andrade aborda com proficiente faro jornalístico o quadro de evolução – ou decadência – dos festejos em Aracaju, apontando causas e efeitos da modernidade na preservação das nossas tradições. A matéria é, também, um registro da resistência popular ao desaparecimento de brincadeiras, linguagens e costumes que fortalecem as nossas raízes culturais.

Da cidade de Estância – o nosso mais tradicional polo de manifestações folclóricas juninas – vem um bem fundamentado artigo assinado por Acrísio Gonçalves de Oliveira, sobre o Barco de Fogo e a vocação fogueteira dos estancianos bem como uma crônica de Edilberto Campos relatando como eram os festejos do passado, extraído da nova edição do livro “Crônicas da Passagem do Século” (2017) organizado pela escritora Ana Medina. Ainda da literatura estanciana, publicamos aqui uma mostra da produção do poeta Ivan Leite.

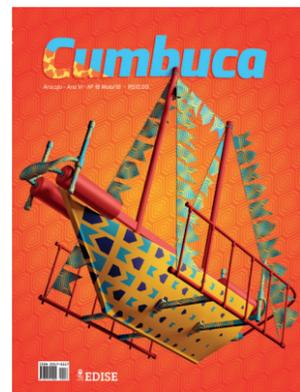
A acadêmica Luzia Nascimento discorre sobre o viés religioso do Ciclo Junino, revelando fatos históricos e credences populares que envolvem os três santos referenciados no período: São José, Santo Antonio e São João.

O pesquisador Paulo Corrêa aborda a riqueza cultural das marchinhas juninas, apontando os principais eventos que as mantêm em evidência nessas últimas oito décadas, enquanto a arquiteta Ana Luíza Libório traz-nos à lembrança o querido pintor sergipano François Hoald, autointitulado Barão de Itabi.

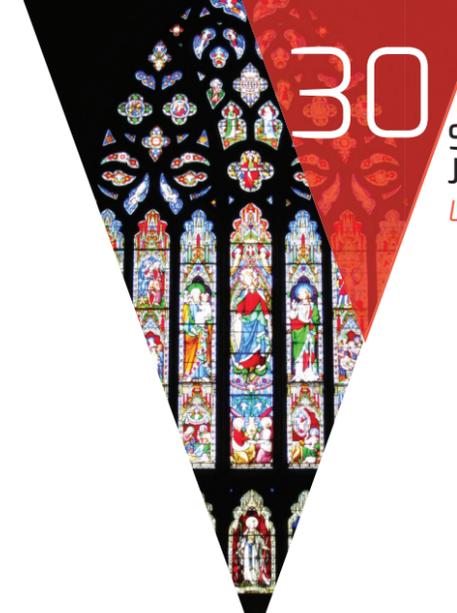
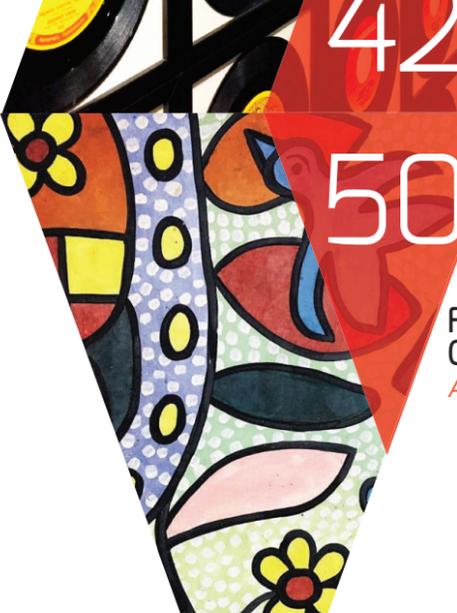
Finalmente, o acadêmico Carlos Pinna publica um alentado trabalho sobre o sergipano João Gomes de Melo. Elevado ao honorífico título de Barão do Maruim pelo imperador D. Pedro II, trazendo à lume fatos e circunstâncias históricas que o envolvem.

Boa leitura!

Amaral Cavalcante - Editor



Capa:
Rogério Torres

	30	Santos do Ciclo Junino <i>Luzia Maria da Costa</i>
	04	Entre Tradições e Modernidade <i>Yago de Andrade</i>
	22	O Mundo Imaginário dos Fogueteiros Estancianos <i>Acrísio Gonçalves de Oliveira</i>
	60	O Barão de Maruim e seu Tempo <i>Carlos Pinna de Assis</i>
	42	Marchinhas Juninas <i>Paulo Corrêa Sobrinho</i>
	50	François Hoald: O Barão de Itabi <i>Ana Luíza Libório</i>
	28	Noites de São João <i>Edilberto Campos</i>
	54	Poesias <i>Ivan Leite</i>

No artigo "Jaime Araújo - Uma inteligência...", publicado na edição passada (Cumbuca Nº 17), não foi mencionada Célia, quarta filha do casal Jaime e Maura Araújo. O articulista, João Gama, reconhece o lapso e encaminha suas desculpas ao leitor e à família.

ENTRE TRADIÇÕES E MODERNIDADE O SÃO JOÃO DE ARACAJU RESISTE

POR YAGO DE ANDRADE

Não é difícil lembrar da época onde era comum ver as bandeirolas colorindo as ruas, as comunidades se reunindo para organizar as apresentações de quadrilhas – muitas vezes compostas pelos próprios moradores – e dos forrozeiros, a correria das mulheres na busca da chita para que pudessem tecer seus vestidos e dos homens que aguardavam o ano inteiro para tirar seu chapéu de palha do armário.

O São João, que em um passado não tão distante era repleto de simbologias, simpatias e unia com muito mais força o sagrado da devoção aos santos e o profano dos festejos, aos poucos vai perdendo este sentido e ganhando novas formas. A dinamicidade da cultura, que nos traz mudanças naturais no correr dos tempos é impossível ser controlada, e esse, como outros processos, tem seus pontos positivos e negativos.

E não precisamos ir muito longe para notar essas alterações. Na capital sergipana, por exemplo, atualmente ganham destaque as grandes festas, o oposto do que acontecia na pequena Aracaju de outrora, onde era possível ver não só as fogueiras espalhadas pelas suas ruas estreitas, mas aproveitar aquilo que é visto por muitos como verdadeiro espírito junino.

Além das fogueiras, a devoção aos santos e principalmente os arraiás dos bairros, produzidos pelos próprios moradores, também marcaram época e sua maioria permanecem vivas apenas nos registros ou na memória dos mais antigos.



AFINAL, ONDE ESTÃO OS ARRAIÁS?

Com características intimistas, onde funcionavam como uma reunião de família, amigos e vizinhos em celebração ao ciclo junino, os arraiás que aconteciam nas ruas da capital foram desaparecendo ao longo dos anos. De acordo com o pesquisador Lindolfo Amaral, o poder público passou a interferir nos festejos a partir da década de 1980, o que segundo ele, afetou o modo que as celebrações de bairro eram feitas. O mesmo caso, conforme Lindolfo, aconteceu com as quadrilhas juninas. “Essa interferência, acredito que não foi salutar, porque gerou uma dependência (..) quando o estado (poder público) não pôde mais ajudar, as quadrilhas e os arraiás foram desaparecendo porque não tinham mais como se bancar”, explica.

Para a professora e pesquisadora Aglaé Fontes, os arraiás também eram espaços que valorizavam e garantiam que o período junino fosse positivo para os artistas da terra. “Os sanfoneiros tinham um mercado de trabalho assegurado. Com a mudança para grandes locais, houve uma concentração na chamada produção midiática, vários palcos, conceitos de importância, provocando intrigas e diminuição de espaço para artistas locais. O estímulo que foi dado com os arraiás, foi retirado para grande festa urbana em um local”, pensa.



A RESISTÊNCIA DA RUA SÃO JOÃO

Conhecida por possuir a maior e mais tradicional festa de rua da Capital, a Rua São João segue resistindo mesmo com as dificuldades enfrentadas em seus 107 anos de história, celebrados no ano passado. Localizada aos pés da ladeira do bairro Santo Antônio, a Rua iniciou seus festejos em 1910, e por conta das novenas, louvores e procissões voltados para São João de Deus, recebeu o nome do santo mais aclamado no período junino.

As celebrações no local se modificaram e aos poucos vêm perdendo força, os registros dos livros e da memória de Antônio Soares de Freitas, referência no bairro, não deixam mentir. Capelense de nascença, foi na Rua São João que ele se criou. Após quase 90 anos depois de se mudar da cidade interiorana, o senhor de lucidez destacável lembra a época em que a areia era o palco para as danças típicas e as casas eram feitas de palha. “Essa rua era com areia, os postes eram de madeira, as residências eram de cobertura de palha de coqueiro, e hoje é uma rua rica”, relata.

Aquele tempo, os festejos aconteciam somente durante quatro dias: 23 e 24, e 28 e 29, celebrando os dias de São João e São Pedro. Porém, em alguns anos, os festejos ficaram tão grandes que chegaram a acontecer nos trinta dias do mês, sendo palco de tradições como o casamento caipira, o mastro e o “enterro do boi”. Hoje, apenas os dois primeiros permanecem presentes.

Não tão conhecido por boa parte das pessoas, a tradição do “enterro do boi”, que ocorria na Rua São João, era uma espécie de celebração que encerrava o ciclo de junho. “Quando encerrava os festejos no dia 29, a comissão juntava e fazia um almoço num sítio para aqueles que faziam parte da comissão e que trabalhavam no São João, e chamavam aquilo de ‘enterrar o boi’”, explica Antônio.

Quando os festejos daquela rua se iniciaram, ainda não havia quadrilhas. Após a procissão em devoção a São João de Deus, os moradores costumavam brincar as típicas danças como o samba de pareia, samba de coco e a grande roda. As quadrilhas começaram a surgir no local na metade do último século, com apresentações que eram voltadas somente para diversão daqueles que ali estavam.

Mas com o passar dos anos, viu-se a necessidade de se organizar um concurso que acolhesse também as quadrilhas de outros bairros que começavam a chegar aos poucos para os festejos da Rua São João. O primeiro deles teve a participação de seis quadrilhas e ocorreu no ano de 1955, tendo como vencedora a Quadrilha São João de Deus, que pertencia à própria rua.

Com crescimento da competição, também foi necessário elaborar um espaço de apresentações que dessem conta da quantidade de quadrilhas que se agregaram. Foi então que o “quadrilhódromo”, feito de alvenaria, passou a substituir aquele tradicional palanque de madeira coberto de palha, facilitando a apresentação dos grupos. Segundo Seu Antônio Soares, em alguns anos, o concurso passou a receber mais de 70 quadrilhas por edição. “Chegamos a fazer concursos aqui, em 1975 com 75 quadrilhas, que eram julgadas pelo corpo de jurados e recebiam seus prêmios. Eram 50 adultas e 25 mirins”, relata. Assim, até hoje o concurso da Rua São João acontece no “quadrilhódromo”, e é considerado um dos mais importantes do estado de Sergipe.

O SÃO JOÃO FORA DE ÉPOCA

DA RUA SIRIRI

As comemorações do São João na Rua Siriri tinham início na primeira quinzena de julho, por isso a rua ficou conhecida por ter a ‘ressaca do São João’. O ‘Forrozão’ da Rua Siriri teve início no final da década de 1980, idealizado pelo saudoso artista plástico sergipano, Félix Mendes. Àquela época, o festejo era uma realização entre amigos e vizinhos, e funcionava sem financiamento externo.

Quem lembra bem da época, é o contador João Bosco Ribeiro, 59 anos, que é morador da Rua Siriri desde os 11. “Quando a festa começou, o objetivo não era ter uma multidão, era como uma festa de bairro”, explica. Porém, aos poucos foi tomando grandes proporções, chegando a se estender pelas ruas mais próximas, a exemplo da São Cristóvão e Propriá.

Com um bar no local há mais de trinta anos, Francisco Gonçalves Lima, o Seu Chico, lembra que a multidão ocupava as ruas do bairro, e grandes artistas chegaram a se apresentar nos palcos daquela estreita rua. “Adelmário Coelho no início de carreira veio tocar aqui, eu tinha até um CD autografado da época”, relata.

Com o crescimento da festa, o ‘Forrozão’ passou a necessitar do apoio das instituições oficiais, já que a festa não possuía fins lucrativos. O apoio não foi mantido por muito tempo, e segundo os moradores, por falta de recursos, o São João da rua Siriri teve sua última edição realizada em 2002.

O RETORNO DO ARRAIÁ DO

“ARRANCA-UNHA”

Em 2017, um dos grandes arraiás de Aracaju retornou à ativa após quatro anos de paralisação. O festejo surge na década de 1950, nas imediações da antiga Caixa D’Água de Aracaju, no bairro Getúlio Vargas, liderado por João da Cruz.

Assim como os outros arraiás de bairro, o “Arranca-unha” também começou com a proposta de divertir apenas aquela comunidade no período junino e tinha como ponto alto o casamento caipira. O festejo foi interrompido por diversas vezes, e a primeira destas interrupções ocorreu no final da década de 1960, retornando somente no ano de 1986, após a construção do Centro de Criatividade, local que passou a abrigar o Arraiá.

De acordo com Aglaé Fontes, que é ex-diretora do Centro de Criatividade, uma das maiores realizações dos festejos juninos no local foi a montagem do espetáculo Ópera do Milho, que tinha direção de Antonia Bueno e Moncho Rodriguez. “Era um trabalho de integração com os diretores espanhóis e valorização da história nordestina do noivo ‘perseguido’ por não querer casar. Os costumes, religiosidade popular, danças e superstições estavam presentes na ópera, que por muitos anos foi o ponto alto das programações do São João do Arranca Unha no Centro, trazendo turistas e fazendo vibrar a comunidade”, conta.

O Arraiá do “Arranca-unha” paralisou suas atividades novamente em 2013, quando iniciou-se uma reforma no Centro de Criatividade com o objetivo de melhorar a sua estrutura. Já em 2017, ele foi reinaugurado pelo Governo do Estado, retomando as atividades no mês de junho.



Arraiá Rua São João

A INOVAÇÃO DA RUA JAPARATUBA

Além da Rua São João, o bairro Santo Antônio também possui outro local de celebração dos festejos juninos. Ainda considerada uma atividade voltada somente para os moradores da própria localidade, o São João da Rua Japaratuba possui uma curiosidade que a diferencia das demais ruas de Aracaju nesta época: a nave espacial de fogo.

Semelhante ao famoso barco de fogo da cidade de Estância, a nave, como é chamada pelos moradores da rua, foi idealizada há cinco anos pelo turismólogo Augusto Aristóteles de Oliveira, que reside no local há mais de 40 anos. Feita com fibra de vidro, a nave possui um metro de comprimento, com um espaço na parte traseira para que possa posicionar a espada de fogo. Segundo ele, a ideia surgiu a partir de uma viagem que fez ao Chile, onde em uma festa cultural do país, viu o objeto e resolveu adaptá-lo aos festejos locais. “A primeira que fiz foi de madeira, era um barco mesmo, mas eu queria fazer diferente, não queria fazer mais um barco. No próximo ano eu já quero fazer ele de alumínio”, relata.

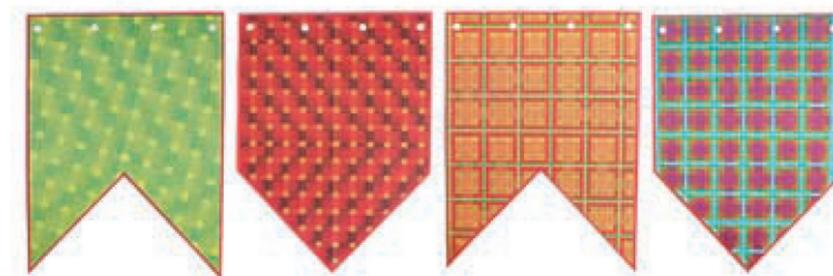
De acordo com o turismólogo, a nave é a grande atração do festejo que tem a colaboração dos próprios moradores para ser organizada. “Nós fazemos a inovação sem perder a tradição, porque temos o forró pé de serra, a queima de fogos no São João”, afirma. Ele acredita que a colaboração de todos é o que tem feito a diferença para a manutenção da festa. “A tradição está caindo, mas a gente vai continuar, meus sobrinhos estão se engajando nesse processo e todos estão aqui para dar apoio para essa tradição”, declara.



Arraiá Rua São João



FORRÓ CAJU E ARRAIÁ DO POVO: A MIGRAÇÃO DO PÚBLICO PARA AS FESTAS PROMOVI- DAS PELO ESTADO



Consideradas hoje as duas grandes festas da capital sergipana no período junino, o Forró Caju, mantido pela Prefeitura de Aracaju, e o Arraiá do Povo, realizado pelo Governo do Estado, costumam reunir milhares de pessoas a cada ano. Após o surgimento de ambos, o movimento de pessoas os arraiás que ainda eram celebrados em bairros e também nos barracões culturais começaram a cair.

A festa organizada pelo município teve início em 1993, ainda na Praça Fausto Cardoso, e que priorizava os artistas da terra, as quadrilhas juninas e grupos folclóricos regionais. Porém, assim como os arraiás de rua, o Forró Caju foi tomando grandes proporções a cada ano que se passava, até que em 2000, a festa precisou ser transferida para a Praça de Eventos Hilton Lopes, localizada entre os Mercados: Albano Franco e Talles Ferraz.

Aos poucos, os artistas da terra começaram a perder espaço na programação da festa, dando lugar a nomes nacionais, e assim, atraindo cada vez mais público, sobretudo os jovens, que passaram a priorizar o grande festejo, em detrimento às festas celebradas nos bairros. “No início teve um grande compromisso com os artistas locais, valorizando a cultura

sergipana. Exemplo típico de festa urbana que começou a ter um olhar voltado para a indústria cultural, e a grandiosidade do espetáculo midiático como o de Campina Grande, o que passou a dificultar sua realização como evento mantido pelo poder público, em momentos de crises financeiras”, comenta Aglaé Fontes.

Do outro lado da capital, o Arraiá do Povo, que acontece na Orla de Atalaia, tem características distintas da festa que acontece entre os mercados. O Governo do Estado investiu na criação de uma cidade cenográfica que remete aos antigos arraiás, resultando em um espaço destinado principalmente para as famílias e turistas.

Há três anos a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) transformou o Arraiá do Povo em Encontro Nordestino de Cultura, passando a adotar a política de editais e tendo a maioria da programação composta por artistas locais, como explica o Assessor Executivo da Secult, Irineu Fontes. “O Arraiá tem esse conceito de trazer a memória do São João mais tradicional, com forró, quadrilha, grupos de cultura popular, cordelistas, violeiros, a vila do forró, mas também tem o viés de valorização da cultura sergipana, com quase 90% da programação de artistas sergipanos”, afirma.

Segundo Irineu, o Governo do Estado não tem condições financeiras, orçamentárias e tampouco legais, de manter hoje o funcionamento dos arraiás como acontecia antigamente. “Se tivéssemos recursos suficientes, abriríamos um edital para esses festejos e dentro do edital o valor estipulado para cada setor”, declara.

Ele concorda que o desaparecimento dos antigos arraiás está ligado ao surgimento das grandes festas, mas também afirma que nos últimos anos houve uma mudança no comportamento das pessoas, influenciadas principalmente pela grande mídia que dá espaço apenas para aquilo que está em alta na indústria cultural, deixando de lado artistas da cultura popular.

Além disso, o gestor acredita que a própria população não soube dar continuidade aos arraiás sem a presença do poder público, mas que, no geral, essa série de fatores foi responsável pelo desaparecimento dessa tradição. “É um contexto de modernidade, contemporaneidade e de erros estratégicos. São coisas que vão se somando e uma hora ‘estoura’. Não adianta colocar a responsabilidade no Governo ou na população, é uma somatória das coisas que precisamos sentar e parar para analisar”, pensa.



ADEUS ANARRIÊ: AS QUADRILHAS JUNINAS EM UM NOVO CONTEXTO

Ponto alto dos festejos, as quadrilhas não se esquivaram das modificações que atingiram os outros elementos do contexto junino. Na obra “São João dormiu, São Pedro acordou”, publicado no ano de 1994, a professora Aglaé Fontes já destacava essas mudanças que só se intensificaram de lá para cá.

À época, a pesquisadora descrevia que as quadrilhas haviam se transformado em “impecáveis grupos de dança, mas descaracterizados da sua tradição popular”. Segundo ela, os regulamentos dos concursos de quadrilha, que sugeriam originalidade e criatividade para os grupos, foi de certo modo um dos principais causadores dessa modificação, deixando o tradicional “anarriê”, no passado.

As modificações comentadas pela pesquisadora vão além das coreografias, que contam hoje com diversos estilos de dança. Os trajes que antes tinham cores de livres escolhas foram substituídos por “uniformes” que padronizam toda a quadrilha, e o teatro que tem ganhado destaque nas apresentações, também são exemplos dessas mudanças que têm dividido opiniões entre os quadrilheiros e do público que acompanha as apresentações. “Cada hora os grupos se afastam mais da dança propriamente dita, para montar teatralizações, chegando a ser confundidos nos trajes com escolas de samba. Ainda não perceberam que tudo em demasia perde a essência e o significado”, acredita Aglaé.

“CADA HORA OS GRUPOS SE AFASTAM MAIS DA DANÇA PROPRIAMENTE DITA, PARA MONTAR TEATRALIZAÇÕES, CHEGANDO A SER CONFUNDIDOS NOS TRAJES COM ESCOLAS DE SAMBA.”



Quadrilha Unidos em Asa Branca
Foto: Yago de Andrade

A MODERNIDADE DA UNIDOS EM ASA BRANCA

A Unidos em Asa Branca, fundada há 38 anos no Conjunto Leite Neto, é um dos grupos juninos que representam bem esse processo de modernização. Neste sentido, a quadrilha trouxe para o corpo de componentes uma coordenação artística, com o intuito de apresentar as temáticas anuais de forma mais lúdica.

Para Glaubert Teles, coordenador artístico da Unidos, a inserção do teatro nas quadrilhas faz parte dos processos naturais de modernização que ocorrem em diversos âmbitos da cultura, e no contexto junino não é diferente. “Algumas quadrilhas não conseguiram se adaptar por achar que isso foge do tradicional, mas se formos levar o contexto de que tradicionalismo é esse, vamos perceber que já avançamos bastante, hoje não temos mais nenhuma quadrilha tradicional no estado, nós temos contextos tradicionais. A tradição se molda, as coisas vão se transformando na medida que a gente vai vivenciando novos rumos e novos espaços”, acredita.

“**AS QUADRILHAS NÃO PODIAM FICAR LÁ ATRÁS COMPETINDO COM ESSA ESPETACULARIZAÇÃO DOS EVENTOS, ENTÃO ELAS ACABAM SE READAPTANDO**”



Ainda segundo o coordenador, essas mudanças ocorrem há alguns anos e não interferem na originalidade dos grupos. “Elas não perderam a originalidade, o tradicional vai avançando e a gente vai adicionando em nossas práticas elementos novos. Mas isso não quer dizer que a gente perdeu o tradicional, que a gente não é original. Somos quadrilhas juninas sim, somos tradição sim, apenas incorporamos novos elementos. Não deixamos de dançar o xote, xaxado e o baião, nem de ter um casamento junino”, afirma.

Na visão do ator e pesquisador Jad Rocha, que também compõe a coordenação artística da Unidos em Asa Branca, o teatro não foi inserido nas apresentações, para ele, a manifestação já se fazia presente, só que de forma mais discreta e menos técnica, a exemplo da encenação do casamento caipira.

Jad ainda reforça que com por conta da influência midiática, que transformou o espetáculo junino em grandes eventos, as quadrilhas tiveram que se preparar cada vez mais para não perder espaço dentro das celebrações. “Existe uma questão midiática por trás do São João do Nordeste, que movimenta o capitalismo local, o turismo, e esse trabalho da mídia acaba fazendo com que essa tradição ganhe uma proporção muito maior, que sai do que é tradição para espetáculo. As quadrilhas não podiam ficar lá atrás competindo com essa espetacularização dos eventos, então elas acabam se readaptando”, explica.

FORRÓ NÚMERO UM: OS NOVOS PROJETOS QUE MOVIMENTAM A CENA DO CANCIONEIRO JUNINO



O músico Lucas Campelo
Foto: Yago de Andrade

Desde que o saudoso Rogério cantou “Sergipe é o país do forró” muito se modificou no cenário da música local. Grandes artistas partiram, deixando saudades e a responsabilidade para aqueles que surgiram de manter esse título conhecido nacionalmente.

Aos poucos, esses recentes nomes vão buscando com novos projetos ganhar espaço na cena do cancionero junino. Exemplo disso são os músicos Lucas Campelo e Bob Lélis, que através de suas iniciativas, onde apresentam novas identidades em suas produções, buscam dialogar com o antigo forró pé-de-serra, ritmo que tanto representa a região Nordeste.

No projeto “Dominginhos, Através”, idealizado pelo sanfoneiro e educador musical Lucas Campelo, homenageia anualmente José Domingos de Moraes, o Dominginhos. Na edição deste ano, apresentada em fevereiro, Lucas convidou 15 músicos, de várias gerações, para uma ritualística roda de sanfona, onde a história do mestre sanfoneiro foi contada por nomes como: Erivaldo de Carira, Edgard do Acordeon, Evanilson Vieira, Robertinho dos Oito Baixos e Geunice Madrinha.

De acordo com o músico, para apresentar a trajetória, versatilidade e pluralidade de Dominginhos, foram convidados artistas que representam e trazem forte ligação com o sanfoneiro, que puderam agregar com o projeto em diversos aspectos. “Sobre o mote desse ano, os sanfoneiros e sanfoneiras selecionados, em sua maioria, compunham o quadro de musicistas da Sanfônica. Tendo como objetivo agregar diferentes perspectivas de gênero e idade para refletir a força da coletividade entre a roda de sanfona, e provocarmos algumas reflexões enquanto gênero, estética e patrimônio cultural”, explica.

Em relação à desvalorização da cena cultural do forró, principalmente em épocas que não englobam o período junino, Lucas acrescenta que existem pessoas dedicando sua vida ao segmento do forró durante todo o ano. Mas, segundo ele, “enquanto não tivermos consciência de nossa história, não acreditarmos em nossos valores enquanto reflexo de nossos costumes e o quanto isso está presente na história de vida de cada um, realçando assim, os hábitos da cultura nordestina, seguiremos com o clichê de massa de manobra. Onde os outros estilos conseguem participar de todas as épocas do ano e o forró se sustenta mais nestes períodos”, pensa.

“SE NÃO CUIDARMOS DO QUE TEMOS, DA ORIGEM, A GENTE VAI CHEGAR, OLHAR PARA TRÁS, E NÃO SABER QUAL A SUA PRÓPRIA IDENTIDADE.”



Arraia Rua São João

NA RURAL PELA CAPITAL

Outro projeto inovador que surgiu na cena artística sergipana nos últimos anos foi a Rural do Forró. Com ela, o cantor e compositor Bob Lélis, percorre vários pontos da capital espalhando o bom e velho forró cantado por grandes artistas, a exemplo de Clemilda, uma das principais fontes de referência do músico.

Ele explica que dentre os principais objetivos com a Rural, estão: facilitar o diálogo entre o povo e o artista, estimular a curiosidade deste público sobre o projeto e quem está por trás dele, e sobretudo, fazer com que a cultura sergipana seja transmitida para o público. “Descobri que a Rural do Forró podia ser um elo de ligação com público, se você direcioná-lo para o artista. Como ela é móvel, consigo chegar a ambientes em que não preciso de estruturas grandes e apoio de governos, porque você vai até o público e aos poucos vai mostrando a sua arte”, acredita.

A Rural, segundo Bob, não tem a intenção de se limitar apenas à época dos festejos juninos, pelo contrário, o período é utilizado para impulsioná-lo para o restante do ano. Ele acredita que o projeto itinerante, aliado ao seu repertório baseado nos grandes nomes do forró, pode contribuir para as gerações futuras.

“A Rural me dá visibilidade para que eu possa trazer músicas de Luiz Gonzaga, Dominginhos e Clemilda para o público novo. A geração de 30 anos atrás é a minha, não é a nova, e talvez essa nova não conheça a obra desses artistas, porque somos bombardeados pela informação de forma bem maciça, e isso é algo natural, não é culpa de ninguém, mas se não cuidarmos do que temos, da origem, a gente vai chegar, olhar para trás, e não saber qual a sua própria identidade”. **C**



Arraia Rua São João



Fotos do acervo de Antônio Freitas

O MUNDO IMAGINÁRIO DOS FOGUETEIROS ESTANCIANOS

Acrísio Gonçalves de Oliveira

A história dos fogos de artifícios é muito antiga e é anterior ao descobrimento da pólvora. Uma das teses à cerca do seu surgimento é a de que ele teria sido o resultado de uma experiência chinesa com pedaços de bambus verdes que sempre explodiam ao contato com fogo. A pólvora foi descoberta bem mais tarde pelo mesmo povo chinês, no século IX. Acredita-se que tenham sido os alquimistas chineses que a descobriram de forma acidental. Depois daí a pólvora se espalhou pelo mundo inteiro de forma gradual, passando a ser utilizada em ar-

mamentos e nos fogos de artifícios.

Desde meados do século XVIII que a então povoação da Estância já era o principal comércio do sul da Província e se transformava num grande polo aglutinador. De posse de um bom porto que fazia escoar facilmente sua produção e dona de um histórico poderio econômico, passa também a dominar o cenário cultural sergipano, a partir dos anos 800, principalmente na imprensa com o *Recopilador Sergipano*, inaugurador dos jornais de Sergipe.

Sintonizada com o desenvolvimento nas grandes cidades, é no avançar das suas fábricas que Estância passaria a ser chamada de “Manchester Sergipana”.



Passando aqui a conviver portugueses, ingleses, alemães e até libaneses a cidade se agiganta. Essa união é também complementada pela atuação de investidores baianos, que junto aos demais, se tornam ativistas no meio social, seja como trabalhadores ou como empresários. Exemplo disso é a instalação da Fábrica de Tecidos Santa Cruz, no final do século XIX, se constituindo numa empresa poderosa, com sede em Salvador, feita por portugueses. Sintonizada com o desenvolvimento nas grandes cidades, é no avançar das suas fábricas que Estância passaria a ser chamada de “Manchester Sergipana”.

Sendo assim, a Cidade Jardim torna-se um lugar influente e plural, de gente de muitos lugares. Além do mais, suas realizações nas artes plásticas, na imprensa, no teatro, na música, na poesia em pleno século XIX e, no cinema, já nos inícios do século passado, a colocava na fileira de uma glamorosa cidade. Por outro lado, suas palmeiras, seus casarios (tragicamente em face de desaparecimento), formavam um conjunto bastante representativo da sua arquitetura. Bem servida de água, encontrou no seu rio um amparo, cuja beleza, adentrou romances e a poesia de muitos escritores. Forte no

sincretismo religioso, herança de sua base escravocrata, aqui passou a coexistir a religião católica, o candomblé e a evangélica.

É dentro desse aspecto que vamos salientar a pujança de uma festa tipicamente religiosa que toma de assalto o coração do povo estanciano: os festejos juninos. Cultivou essa gente a tradição milenar de utilizar as explosões dos fogos de artifício com o objetivo de espantar os maus espíritos. Ou talvez seu povo ancestral usasse os fogos para seguir os ensinamentos de um monge alemão do século XIV, que dizia ter visto — no clarão das explosões — anjos anotando as preces pedidas.

Estância tornou-se um lugar dos pisadores de pólvora cujos membros, deram por inovar, com suas cantorias, as invenções pirotécnicas. Usavam esses artistas as festas cristãs — como as do Asilo Santo Antônio e das igrejas locais — para frequentemente apresentarem seus trabalhos. Foi o caso de João Melchíades de Santa Bárbara, famoso fogueteiro da cidade que se aproveitou da



feira do Sagrado Coração de Jesus, onde no quadrilátero direito da matriz, que se achava engalanado tocou no palanque até 10 horas a Euterpe, sendo queimado algumas rodas de fogo de planta, obra do *pyrotechnico* sr. João da Bárbara (A Razão 05/07/1908).

Inclusive as rodas de fogo desse artista vão continuar fazendo sucesso ainda nos anos vinte.

Manuel Rodrigues do Nascimento (Nô

Galo), no livro *Reminiscências*, de 1956, nos traz outro detalhe ao relembrar a antiga festa do Alto do Cruzeiro, no Porto d'Areia, ocorrida em 1901, quando diz ter havido a participação do João da Bárbara com seu “fogo de planta” e que “era de praxe aparecer um cruzeiro por entre chamas, havendo quem batesse palmas e também quem desse assobios”.

Os quentíssimos festejos juninos desse tempo já apresentavam batalhas de busca pés que chegavam a demorar



“ Nestas residiam famosos fogueteiros, cujos lugares se configuravam como o “QG” de onde eram produzidos os melhores busca-pés. ”

Foto de Márcio Garcez

mais de seis horas ininterruptas e, para isso, costumava-se iniciar levantando-se a “bandeira comemorativa”. Estas eram hasteadas, desde a primeira década de 1900, para indicar o lugar das ditas guerras. Essas batalhas geralmente se realizavam nas costumeiras ruas Nova e Miranga. Nestas residiam famosos fogueteiros, cujos lugares se configuravam como o “QG” de onde eram produzidos os melhores busca pés.

Cidade tipicamente modista no campo da pirotecnia, chamou a atenção quando no ano de 1910, além dos busca pés e pitús “às dez horas foi queimado um barco de fogo artificial e dispersou o povo, que enchia as casas daquele bairro” (A Razão, 02/07/1910). O jornal não informa quem o construiu, mas a forma como é colocado deixa transparecer, que o “barco de fogo”, ou algo assim, já era conhe-

cido pelo leitor em outros momentos.

De fato, a força da invenção dos históricos fogueteiros da arte pirotécnica também se fez presente cinco anos antes, pelas mãos do ferreiro Nylo Cotias. Esse novo artista atrairia os olhares dos populares e também do cronista e crítico estanciano Simplicio Badaró (que desaparece repentinamente desse semanário, talvez devido a sua aguçada criticidade) ao apresentar, na Rua Municipal, no dia 2 de julho de 1905, “um navio, por ele preparado, segundo as regras pirotechnicas” (A Razão, 09/07/1905). Possivelmente um “navio de fogo”, já que era ligado a artefatos pirotécnicos.

Acreditamos que com essa novidade tenha sido esse ferreiro e seu “navio”, o verdadeiro precursor do barco de fogo que fora queimado em 1910, já denomi-



Em 1951 é noticiado pelo Folha Trabalhista de 1º de julho que corre um barco motorizado a busca pés que foi uma verdadeira apoteose

nado naquele tempo com o nome que se conhece hoje. Foi ele também que faria correr no arame, no ano de 1906, uma bicicleta de fogo. Por isso não descartamos a possibilidade de ter sido de autoria do próprio Nylo, o feito de quatro anos depois. Segundo o nosso cronista, esse novo artista veio se juntar aos afamados João da Barbára, José Pires e Zé Caxico. Enquanto, nas batalhas de busca pés, tinham Nô e José Amado como seus principais guerreadores.

Simplicio Badaró também passa a criticar a não apresentação de algo novo por outros mais velhos fogueteiros. Somente mais tarde, em 30 de junho de 1929, volta a fazer citação o jornal A Razão ao informar que no dia de São João “houve à noite animado barco de fogo e automóvel também de fogo nas ruas”. Porém, no ano seguinte, os espetaculares fogueteiros lançam outro modelo de fogo: “na noite de 24 a Rua da Miranga se achava repleta de pessoas a fim de apreciarem um AVIÃO de fogo, que tomou o lugar do costumeiro BARCO, queimado todos os anos” (Voz do Povo, 26/06/1930).

Na Rua Nova, em 1933, foi a vez do “Zeppelin” “que naquele local correu,

no seio de um arame, não teve melhor êxito devido ter se espedaçado de encontro ao poste de parada” (Voz do Povo, 29/06/1933). Relata esse mesmo periódico, já no ano de 1938, que João Profeta dos Santos “fará correr amanhã, na rua da Lagoa, um interessante barco luminoso” (Voz do Povo, 23.06.1938). Registra ainda o citado jornal, em 1940, um barco de fogo executado pelo “hábil artista *pyrothechnico* José Ribeiro”.

Em 1951 é noticiado pelo Folha Trabalhista de 1º de julho que “corre um barco motorizado a busca pés que foi uma verdadeira apoteose”. Em seguida completa: “o construtor, Chico Surdo, mostrou grande conhecimento de sua arte”. Trata-se de mais um notável fogueteiro que passa a contribuir com as tradições juninas estancianas, chegando também a fazer uma bicicleta e um cavalo, ambos de fogo.

É preciso ainda entender os motivos que levaram Estância a ser uma cidade tão afeita aos fogos de artifício, embora outros centros prósperos da Província, os busca pés estivessem presentes. Mas nelas não descobrimos experiências com barcos de fogo.



No livro “Um Menino Sergipano: memórias”, Genolino Amado, traz a experiência com um barco de fogo ocorrido em Itaporanga d’Ajuda, que no calor das disputas políticas, acostumada com o São João, “ideou um efeito novo”, em 1909, fazendo correr, ladeado com dois foguetes, “um naviozinho de papel grosso, colado em leve armação de madeira”.

Mas Estância, inauguradora nesse tipo de experimento, já tinha apresentado diversos números com sucesso. Foi aquela quem mais impressionou e que mais chegou perto do fogo, justamente por viver aqui uma gente talentosa, impressionada com o histórico Porto d’Areia, daí começando a “pintar” de fogo as invenções humanas. Primeiro foi o navio.

Depois o barco. Em seguida a bicicleta. O automóvel. O avião.

Por isso ao escrevermos sobre esse tema preferimos dedicá-lo aos revolucionários fogueteiros que tanto encantaram os festejos juninos. Por outro lado acreditamos que a política estanciana e nossos intelectuais não cometerão injustiça à memória dos verdadeiros idealizadores do Barco de Fogo, que ao brincarem nas noites de São João, inseriram desde os inícios dos anos 900 um legado que os atuais fogueteiros não deixarão se apagar; o fato de ser Estância, a Cidade Barco de Fogo. **■**

É preciso ainda entender os motivos que levaram Estância a ser uma cidade tão afeita aos fogos de artifício, embora outros centros prósperos da Província, os busca pés estivessem presentes

Noites de São João

Edilberto Campos*

Têm sido descritas há quase 2 mil anos na vasta área da cristandade por poetas e prosadores de todas as raças, e como não sou prosador nem poeta, vou apenas fazer uma comparação que a longevidade me permite, entre a festa de São João de 1901 e a de 1956 na Estância, como simples testemunha de vista, o que já vem a ser alguma coisa. Casualmente, em 1901, eu estava naquela data na Princesa do Piauitinga, então sem calçamento nem jardins, e vi um São João da roça no qual quase todas as casas tinham sua fogueira com mastro de palmeira ou árvore transplantada, fincada no meio da rua. Algumas ostentavam penduradas espigas de milho verde garrafas de vinho, saquinhos de doces, desafiando os soltadores de buscapés. As vidraças eram protegidas com tapumes de madeira, nas lojas punha-se areia nas portas para evitar fagulhas, todos se defendendo da selvageria contra a qual ninguém reclamava porque praticada em honra ao Precursor. Rapazes ofere-

ciam pelas portas material para fogueiras, enquanto as donas de casa preparavam os manuês, as pamonhas e a canjica, especialmente quando recebiam de parentes da roça carga de milho verde e cocos. Antes de anoitecer já as crianças queimavam os pequenos fogos, os pitús, as rodinhas, os traques e, noite a dentro, vinham as taquaras roncando pavorosamente e terminando com tremendo estouro – se alguma caía no chão sem força para rabear doidamente, tomava estrepitosa vaia e era malhada a cacete – uma vergonha para o fabricante. Quando surgia um batalhão, cada herói trazendo um surrão cheio de buscapés e bombas, havia uma corrida louca, um frenético bater de portas e janelas, atrás das quais muita gente ficava espiando a batalha animada pela cachaça e pelo cheiro de pólvora. Passava como um tufão e depois, os namorados aproveitavam a calma para dançar, jogar prendas, fazer advinhações, enquanto as fogueiras crepitavam. Algumas casas esperavam os batalhões com grandes mesas cheias de doces e bebidas; era um desperdiçar sem conta: servidas por moças, ninguém rejeitava nada, seria uma desfeita. Tive como companheiro naquela noite o Mário Passos, amigo de infância e conceituado caixeiro e, tomando parte num grupo, visitamos as casas do Sr. Leonardo Ribeiro, no caminho do rio; João Nascimento, na Rua Municipal; Salustiano Vieira, na praça, e

não sei mais quantas. Já pela meia-noite só restavam os braseiros. Era de benzer ou pular as fogueiras, cada qual fazendo seu pedido a São João.

Contaram-me que numa dessas festas um guarda-livros, de nome bíblico, com a cabeça cheia de branquinha, para castigar uma mula que lhe dera um coice, depois de ir três vezes a galope à Vila de Santa Luzia, passava correndo sobre os restos das fogueiras, ainda para castigá-la – um autêntico espalha-brasas; e que certo negociante encomendara para o Rio uma porção de fogos japoneses, chineses e nacionais, inclusive algumas dúzias de caixas de traque... Respondeu o fornecedor que seguiram os fogos “menos os traques, que podem ser encontrados aí mesmo”. No Rio, traque é outra coisa que também faz barulho, mas de fabricação pessoal e proibida em sociedade...

Agora o São João de 1956. Cidade limpa, toda calçada, praças ajardinadas, iluminação elétrica, tudo o que era permitido estava obviamente proibido... De uma janela da Praça do Rosário só vi um passadista teimando em soltar buscapés, que acendia no cigarro por falta de fogueiras. Estava morta a festa de São João nas ruas, mas restavam os suculentos manuês e as gostosas pamonhas, no recesso das famílias; só isso me pagou de ter vindo de tão longe... 

*Extraído do livro “Crônicas da Passagem do Século”, em nova edição (2017) organizada por Ana Maria Fonseca Medina



SANTOS

DO

JULHO

Luzia Maria da Costa Nascimento

O ciclo junino faz a transição entre a vida rural e a vida urbana. É um ciclo festivo e ocorre no período do plantio tradicional do milho até a sua colheita. Nessa época, desde os tempos coloniais, a sociedade brasileira, principalmente, a nordestina, sempre comemorou os dias mais representativos do ciclo – 13, 24 e 29 de junho – com muita alegria.

Com o propósito de apresentarmos ao público leitor as principais representações desse importante ciclo cultural brasileiro, escrevemos o livro “Os três santos juninos”, com o selo da Academia Sergipana de Letras, já em 2ª edição. Nesta pesquisa, destacamos os pontos relevantes que coexistem desde o início até o encerramento das suas festividades, com um foco na religiosidade do povo, nas suas crenças, nas superstições e folguedos.

As festas juninas começam, na verdade, no dia 1º de junho, com o trezenário de Santo Antônio, correm pelos dias dedicados a São João, e terminam no dia 29 de junho, com a louvação a São Pedro, dando a cada um os traços característicos com os quais são reconhecidos pelo povo brasileiro.

Há quem almeje dizer que o começo das festividades ocorre no dia 19 de março, o Dia de São José, isto se levarmos em conta o dia em que se deva plantar o milho, segundo a tradição campesina. É bastante interessante o fato de a Igreja católica reunir, na mesma festa, um “doutor”, um “profeta” e um “apóstolo”.

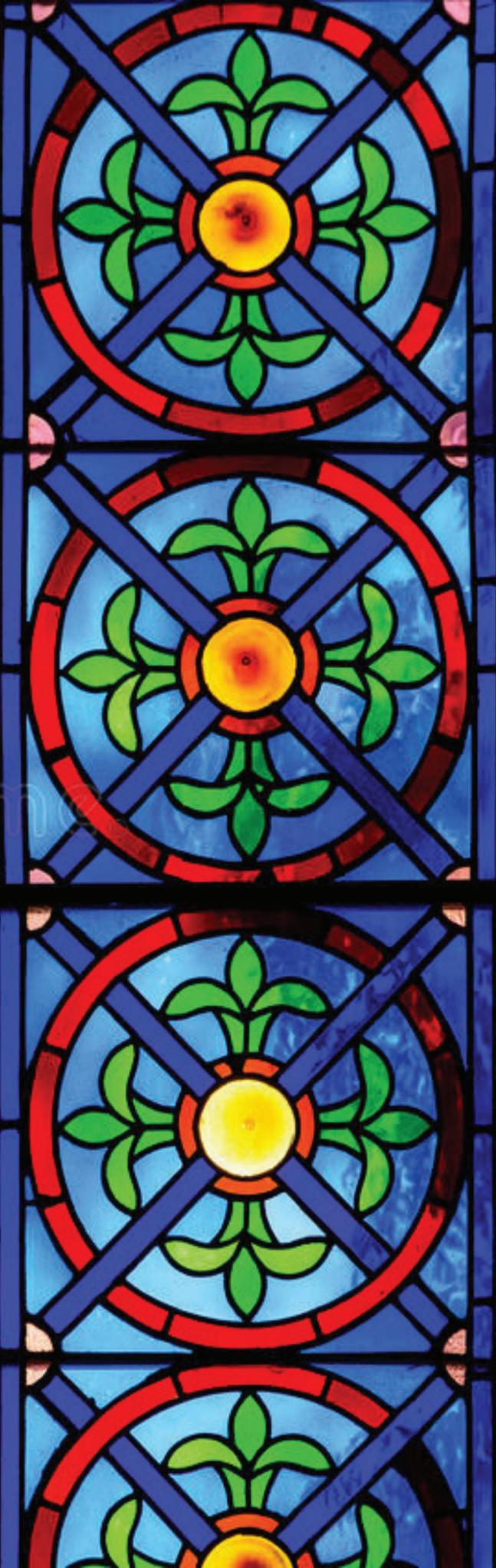
SANTO ANTÔNIO NA DEVOÇÃO POPULAR.

A devoção de Santo Antônio no Mundo é registrada por grande número de paróquias e igrejas que lhe são dedicadas em praticamente todos os continentes e não apenas entre os povos cultos e católicos. Os índios da América do Norte, os pagãos da China e os ortodoxos, inclinam-se diante da imagem e jejuam em sua honra. Em Portugal, em quase todas as casas, normalmente em azulejos externos, há uma imagem de Santo Antônio, padroeiro da nação.

Frequentemente dão a Santo Antônio o apelido de Santo “casamenteiro”. Entretanto, trata-se de uma brincadeira. O grande milagreiro é invocado em qualquer necessidade e atende às demandas dos seus fiéis. Padroeiro dos pobres, é invocado também para encontrar objetos perdidos.

Fernando de Bulhões (verdadeiro nome de Santo Antônio) nasceu em Lisboa em 15 de agosto de 1195, numa família remediada. Aos 15 anos entrou para um convento agostiniano, primeiro em Lisboa e depois em Coimbra, onde se ordenou. Já em 1220 trocou o nome para Antônio





e ingressou na Ordem Franciscana. Foi indicado por São Francisco de Assis para ministrar aulas de teologia, disciplina a que se dedicara ao longo da sua vida. Lecionou nas universidades de Bolonha, Toulouse, Montpellier e Pádua, adquirindo grande renome como orador sacro no sul da França e na Itália. Ficaram célebres os seus sermões, o que contribuía para o crescimento de sua fama de santidade.

A saúde sempre precária o levou a recolher-se ao convento de Arcella, perto de Pádua, onde escreveu uma série de sermões, que muito colaborou para o desenvolvimento do catolicismo. Porém, com a saúde debilitada, o Frei Antônio teve uma crise de hidropisia, vindo a morrer a caminho de Pádua em 13 de junho de 1231.

A sua importância para a Igreja foi reconhecida pelo Papa Gregório IX, que, em 13 de maio de 1232, em apenas 11 meses depois de sua morte, o canonizou.

A riqueza dos textos doutrinários de Santo Antônio fez com que em 1946, o Papa Pio XII o declarasse Doutor da Igreja. Sobre seu túmulo, em Pádua, foi construída a Basílica a ele dedicada.

Santo Antônio tem presença marcante nas manifestações populares, sejam religiosas ou profanas, assim como a invocação do seu nome nas batalhas tanto em Portugal como no Brasil. Registra-se, ainda o seu engajamento no exército servindo para elevar o moral das tropas, conquistando vitórias com o grau de coronel. Por isso, a ele foi destinado um soldo, que era sempre levado ao convento franciscano.

Em Igarassu, em Pernambuco, Santo Antônio era um dos vereadores e os seus subsídios eram destinados à Igreja. Dizia-se que desviaram esses proventos e o presidente da Câmara Municipal determinou que o pagamento deles só fosse realizado se o Santo Antônio fosse recebê-lo na tesouraria da Câmara.

Na Umbanda, Santo Antônio é Ogum, deus da guerra, o orixá da guerra e das lutas. Em torno dele temos muitas lendas e simpatias.

REPRESENTAÇÕES E COSTUMES DO POVO

As Trezenas de Santo Antônio de Pádua, ou de Lisboa como é também conhecido, surgiu a partir da devoção de uma senhora na cidade de Bolonha, Itália, que, para alcançar graças, recorreu ao santo através de sua intercessão. Fazendo a novena durante treze semanas, em homenagem à data de falecimento do santo - 13 de junho, a trezena passou a ser bastante imitada e muitíssimas graças e milagres foram alcançados. Nessas trezenas, a tradição do povo recomenda a distribuição dos “Pães de Santo Antônio”, entre as famílias que participam do ofício religioso, a serem depositados em sacos de farinha, para que nunca lhes falem alimentos.

A iconografia em torno de Santo Antônio é bastante rica, cujas representações populares invocam o seguinte: Santo Antônio com o menino Jesus, mostra-nos o afeto com Cristo; Santo Antônio com o lírio ou açucena, refere-se à sua pureza; Santo Antônio com a cruz simboliza a sua sintonia com São Francisco de Assis; Santo Antônio com o saco e a mendicância, mostra onde ele guardava a esmola recebida dia a dia; Santo Antônio com o livro e a chama, reflete que o livro é a Bíblia

e a chama evoca o seu amor a Deus e ao próximo; Santo Antônio ajoelhado com o pão na mão, simboliza a pobreza do santo milagroso.

Entre as simpatias de Santo Antônio que as mulheres usam para conquistar o marido estão o “Furto do Menino Jesus, até encontrar casamento” e “Amarrar Santo Antônio de cabeça para baixo no pote, num balde com água ou num barril com cachaça”, até encontrar o casamento desejado.

Uma das lendas sobre Santo Antônio mais recorrentes entre nós é a de Santo Antônio Fujão, de Itabaiana, divulgada pelo acadêmico Vladimir Souza Carvalho, no seu livro “Santas almas de Itabaiana grande”.

O cronista conta a intenção do Padre Sebastião Pedroso de Góis em transferir a capela do povoado Igreja Velha para a ermida onde se ergueu a Matriz da cidade. Para isso, alguém a seu mando trazia o Santo Antônio para uma quixabeira que havia ao lado da nova igreja. O povo daquele povoado descobriu o caminho, já que na fuga Santo Antônio deixara rastros e o devolveu ao antigo lugar. A cena repetiu-se e o padre dizia que Santo Antônio queria ficar na nova igreja, na cidade.

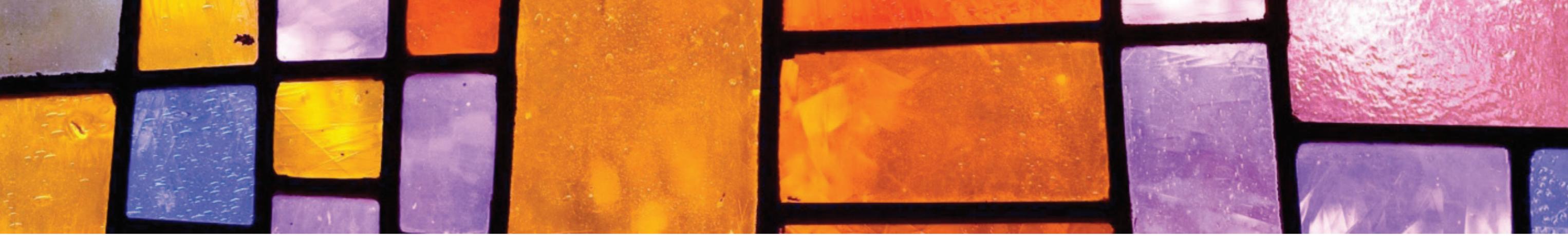
O povo brasileiro dedicou a Santo Antônio sua maior devoção e com isso ele foi declarado padroeiro de inúmeras

idades. Em Minas Gerais, por exemplo, além de Juiz de Fora, é o orago de setenta e oito municípios. É o padroeiro, também, de Prudente de Moraes e Osasco, em São Paulo; de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul; de Miracema, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda, no Rio de Janeiro; de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul; de Barbalha, no Ceará; de Santo Antônio de Jesus, na Bahia e, em Sergipe é o padroeiro de Itabaiana, Neópolis, Propriá, Ilha das Flores e Malhador.

SÃO JOÃO BATISTA, a fogueira, o mastro votivo e os fogos de artifício.

São João é outro representante do ciclo junino, já que é festejado no dia 24 de junho. O seu nascimento está associado à Lenda da Visitação, a fogueira e ao mastro votivo.





Nesse sentido, o escritor José Anderson Nascimento, no seu livro “Sergipe e seus monumentos”, ao referir-se aos monumentos estancianos, anota o costume do povo em acender fogueiras e a erguer mastros votivos. Para ele, “As fogueiras de São João foram introduzidas no Brasil desde o primeiro século da sua colonização, pois, já em 1627, o Frei Vicente do Salvador, reportava-se ao folguedo, afirmando “que atraíam muitos índios ao povoado”; referiu-se, também, às danças ao redor das fogueiras no terreiro. Essa tradição, vinda do outro continente, teve a sua fonte inicial em antiquíssima lenda: “Tendo Nossa Senhora ido visitar Santa Izabel, quando para ambas avizinham-se os nascimentos dos seus benditos filhos, pediu a Santa Izabel, cujo filho era esperado antes, que lhe desse um sinal da feliz natalidade. Com efeito, algum tempo depois, no lugar indicado, Nossa Senhora divisou a fumaça, labaredas e um mastro anunciativo. Nascera São João Batista”. Desde então, a cristandade passou a festejar com a convicção da sua crença a véspera e o dia 24 de junho, nascimento de São João Batista, com fogos e mastros votivos.

São João Batista praticava o hábito da purificação corporal e, por isso, Jesus o procurou no rio Jordão para ser batizado. Ele é, também, considerado como o precursor do Cristianismo. É um ícone da justiça, da liberdade e da igualdade dos

povos, por esta razão é o Patrono da Maçonaria.

Preso e subjugado ao poder do Governador da Galileia, foi decapitado a mando de Herodes, a pedido de Salomé, filha de Herodíade, por pregar a moral e condenar a luxúria e a infidelidade.

Na cultura popular, São João apresenta-se no candomblé como o orixá Xangô; em alguns terreiros tem como domínio “o fogo e a justiça”. Assim, associado ao fogo, os folguedos de São João estão presentes nas simpatias, fogos de artifício, quadrilhas, compadrio e às comidas típicas.

Entre nós, na cidade de Estância, o festejo é todo voltado para o ritual do fogo, com preparação de busca pés, espadas e batalhas de busca pés, embora correndo risco de se queimar, divertem-se os competidores. É o único lugar em que o barco é de fogo.

Nessas referências sobre os três santos juninos, devemos destacar ainda as suas cores: a “vermelha”, para Santo Antônio; a “Amarela”, para São João e a “azul rei”, para São Pedro.

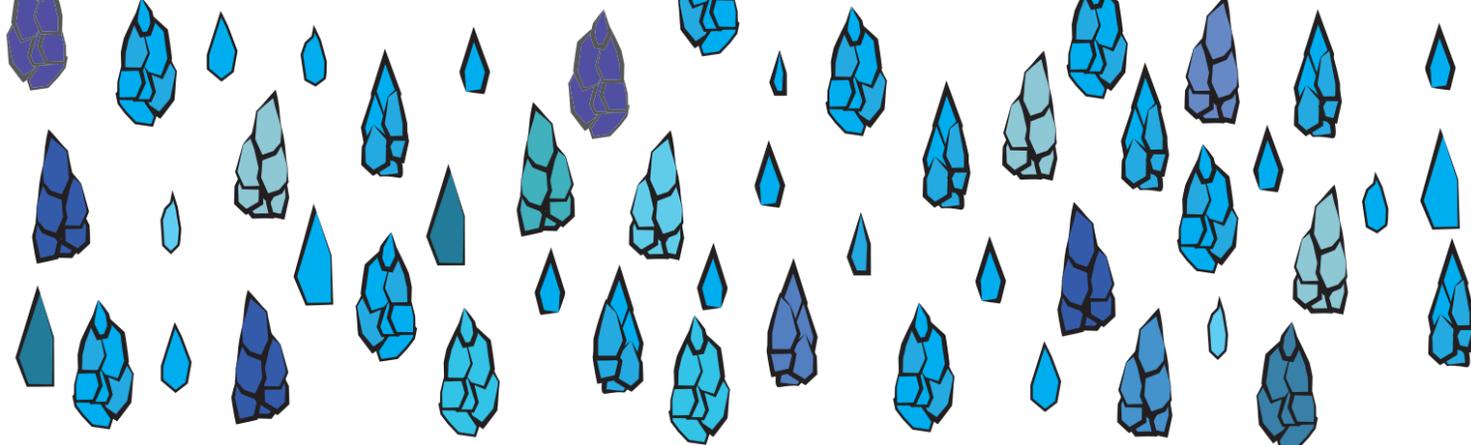
Ainda, associado ao ciclo junino, está o Arraial ou “Arraiá”, que lembra as comemorações juninas no campo, também chamado de roça. Enfeita-se o local da festa, os pátios das igrejas ou escolas, com bandeirinhas, lanternas de papel e palhas de coqueiros. Montam-se barraquinhas

de madeira para brincadeiras e jogos, como a pescaria, e para venda dos “comes e bebes”. Comidas e bebidas típicas, como quantão, pipoca, amendoim torrado, pé-de-moleque, pamonha, canjica, bolos, doces e outras iguarias, licores de jenipapo, de maracujá, de cajá e uma diversidade de cachaça fazem parte da festa. Queimam-se fogos. As pessoas vestem-se como “caipiras”, imitando os antigos habitantes do campo, com seus costumes e vestimentas simples. Há a quadrilha, conhecida também como dança caipira, e outras danças. O tipo de música tocado nas festas, quadrilha e forró, assim como os instrumentos utilizados, sanfona, zabumba, triângulo e outros, são contribuições da cultura brasileira às festas de origem europeia.

Entretanto, por causa de sua grande aceitação popular e coreográfica, a quadrilha acabou fazendo parte também do universo cultural urbano, só que de maneira diferente. A quadrilha que conhecemos na cidade é mais uma típica representação do “casamento na roça”. O casório é uma encenação bem-humorada e conta com a presença de um casal de noivos, o “padre”, o “delegado” e todos os participantes da quadrilha.

As versões mais “modernas” da festa utilizam música gravada ou até mesmo instrumentos eletrônicos, vestimentas e ritmos que mais parecem balé folclórico.

Faz parte da tradição das festas juni-



nas soltar balões coloridos, iluminando o céu e deixando a noite mais bonita. Mas esta beleza dura pouco. O balão cai e leva com ele destruição e tristeza. As matas pegam fogo, os animais e as plantas morrem e todo um habitat se acaba. O balão põe em risco os lugares por onde passa. Por isto, não solte balões!

SÃO PEDRO, o pescador, apóstolo e construtor da Igreja.

Já São Pedro era um pescador, foi um dos 10 apóstolos de Jesus Cristo e também considerado pela Igreja Católica como o primeiro Papa.

Pedro exerceu papel de destaque, embora não papal para a abertura da Igreja aos pagãos. Porém, historiadores acreditam que Pedro tenha ido a Roma e ali sofrido seu martírio. Apesar de ser considerado o primeiro Papa, não há provas de que tenha servido à Igreja Romana como ministro, embora o fato tenha sido dado como

verdadeiro pelos católicos. Duas epístolas são atribuídas a Pedro, mas acredita-se que a segunda não seja de sua autoria. Nelas, ficam claros seu dom de inspiração e os fatos de que recebeu revelações sobre futuros falsos apóstolos e sobre a segunda vinda de Cristo. Entre as várias imagens relacionadas a Pedro e seu ministério, as mais importantes são: pescador, pastor dos cordeiros de Cristo, mártir cristão, receptor de uma revelação especial e pedra sobre a qual a Igreja será edificada. É importante, portanto, salientar que nenhum dos papas depois de Pedro alcançou sua posição. Por isso, não houve um “Pedro II”. De acordo com a tradição católica, o governo exercido pelo bispo de Roma é a continuação do ministério de Pedro, portanto é chamado de ministério petrino.

Na tradição popular, Pedro é o responsável pela porta do céu e responsável por várias coisas: se chove ele está mandando muita chuva; se não chove também é sua culpa; se troveja está mudando os móveis do céu e assim por diante. Ele também é considerado protetor dos viúvos e das viúvas.

Pedro morreu em Roma no dia 29 de junho do ano 67 d. C. Foi crucificado como seu Mestre, mas pediu a seus carcosos para que fosse colocado de cabeça para baixo, porque não se achava digno de morrer como seu Divino Mestre. **C**



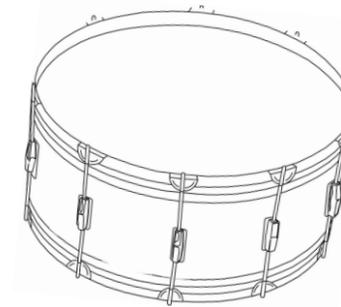
Marchinhas Juninas

por Paulo Corrêa Sobrinho

Uma tradição de mais de oito décadas

Há 85 anos, em junho de 1933, foi lançada a música que introduziu no cancioneiro brasileiro, a marchinha junina. A música foi “Cai, Cai Balão”, de autoria do baiano Assis Valente (que nesse mesmo ano, compôs “Boas Festas”, marco inicial das canções de natal no Brasil), e foi gravada por Aurora Miranda, irmã de Carmem e Francisco Alves. Do mesmo ano, a segunda marchinha “Chegou a Hora da Fogueira” de Lamartine Babo, atingiu grande sucesso, nas vozes de Carmem Miranda e Mário Reis. No ano seguinte, em 1934, outro clássico de Lamartine Babo, “Isto é Lá com Santo Antônio”, mais uma vez nas vozes de Carmem Miranda e Mário Reis. Na sequência vieram em 1935, “Sonho de Papel” de Alberto Ribeiro, na voz de Carmem Miranda, em 1936, o sucesso “Pula a Fogueira” de Getúlio Marinho e João Bastos Filho, na voz de Francisco Alves.

“As coletâneas eram a oportunidade das gravadoras concorrentes divulgarem o seu cast de artistas e os lançamentos anuais de Jackson do Pandeiro, Zé Calixto, Abdias, Marinês, Jacinto Silva, Trio Nordestino, Gerson Filho, Clemilda, Genival Lacerda, Dominginhos, Coronel Ludugero e tantos outros.”



Em 1939, o grande sucesso “Pedro, Antônio e João”, de Oswaldo Santiago e Benedito Lacerda, na voz da rainha Dalva de Oliveira.

Pra fechar o ciclo das marchinhas juninas de sotaque carioca, em 1949, foi a vez de “Capelinha de Melão”, com a primeira estrofe de origem folclórica e as outras, da autoria de João de Barro e Alberto Ribeiro, na voz de outra rainha Emilinha Borba, e em 1950, o estrondoso sucesso de “O Sanfoneiro Só Tocava Isso”, de Haroldo Lobo e Geraldo Medeiros, na voz de Dircinha Batista.

Observem que até então, as marchinhas juninas tinham como compositores e intérpretes, os mesmos personagens das marchinhas de carnaval.

Esse quadro começou a mudar, com a chegada ao Rio de Janeiro, em 1939, de Luiz Gonzaga do Nascimento, que havia dado baixa no Exército, depois de uma década servindo a instituição. E trazia no seu matulão: “Xote, maracatu e baião”, como dizia a letra de “Pau de Arara”, de Luiz Gonzaga e o maestro Guio de Moraes.

As primeiras composições de Gonzaga, que traziam uma sonoridade nordestina e serviram de base para as famosas marchinhas e quadrilhas juninas, foram as polcas instrumentais: “Fuga da África”, de 1944, “Impertinente”, de 1945, “De Juazeiro a Pirapora”, de 1946 e “Pagode Russo” (que em 1984, ganharia uma letra



maravilhosa de João Silva), também de 1946, todas compostas por Gonzaga. E em 1945, ele compôs e gravou uma quadrilha instrumental intitulada “Dança do Macaco”.

Mas o marco inicial das marchinhas juninas de Gonzaga, foi um baião em parceria com o médico pernambucano Zé Dantas, “A Dança da Moda”, de 1950, que decretava em sua letra: “No Rio tá tudo mudado, nas noites de São João, em vez de polca e rancheira, o povo só dança, só pede o baião”. No ano seguinte, em 1951, Gonzaga lança em parceria com o alagoano José Fernandes, a sua marchinha junina de maior sucesso, “Olha Pro Céu”. Na sequência vieram em 1952, “São João do Carneirinho”, parceria com Guio de Moraes e “São João na Roça”, parceria com Zé Dantas. Em 1953, “São João Chegou”, parceria com Mariza Coelho.

Mas é com o parceiro Zé Dantas, que a produção se intensifica. Em 1954, “Noites Brasileiras” e “Lascando o Cano”. Em 1956, “Lenda de São João”, em 1957, “O Passo da Rancheira” e “São João Antigo”, e em 1960, São João no Arraiá”.

Sem o parceiro Zé Dantas, lançou em 1957, “Polca Fogueteira” e em 1958, “Forró no Escuro”, em ambas, Gonzaga fez música e letra, uma coisa muito rara na imensa discografia do Rei do Baião.

Em 1958, gravou “Festa no Céu”, de Zeca do Pandeiro e Edgar Nunes, onde no rótulo do 78RPM, o ritmo marchinha junina ganhava uma nova nomenclatura: “Arrastapé”. E em 1959 gravou “Fogueira de São João”, parceria com Carmelina.

Com esse repertório gonzagueno, em discos 78RPM, estava instituído

na música brasileira, a marchinha junina com sotaque tipicamente nordestino. E com a chegada do LP ao Brasil, começaram a ser lançadas coletâneas e discos de carreira de diversos artistas nordestinos, inspirados no ritmo e na temática, lançados e difundidos com sucesso pelo Rei do Baião.

Esses lançamentos revelaram ao Brasil, novos compositores e cantores nordestinos. Dentre esses LP’s destacamos: “São João na Roça”, de Luiz Gonzaga, coletânea de 10 polegadas, lançada em 1958, reunindo 8 marchinhas gravadas por Gonzaga, na década de 1950. Depois vieram, em 1962, “Quadrilhas com Gerson Filho”, reunindo a produção de Gerson Filho, gravada a partir do ano de 1953. Também em 1962, e devido ao sucesso do primeiro LP, a RCA Victor relançou a coletânea “São João na Roça” de Luiz Gonzaga, mas dessa vez em LP de 12 polegadas, ampliando o repertório de 8 para 12 músicas.

Em 1963, foi a vez de Jackson do Pandeiro também lançar seu repertório de marchinhas, na companhia de Almira e Zé Calixto, no LP “Caminho da Roça”. A repercussão do disco foi tão boa, que Jackson, Almira e Zé Calixto, repetiram a dose, lançando em 1964 e 1965, os LP’s “São João no Brejo” e “São João no Brejo Nº 2”, ambos sob a competente produção do nosso querido sergipano João Mello. João Mello já havia composto e gravado em 1962, uma linda homenagem a Zé Calixto, para a coletânea “São João Alegre”, a música “Segura O Fole, Calixto”, que seria o título do LP de Zé Calixto do mesmo ano.



“EM 1963, FOI A VEZ DE JACKSON DO PANDEIRO TAMBÉM LANÇAR SEU REPERTÓRIO DE MARCHINHAS, NA COMPANHIA DE ALMIRA E ZÉ CALIXTO, NO LP ‘CAMINHO DA ROÇA’. A REPERCUSSÃO DO DISCO FOI TÃO BOA, QUE JACKSON, ALMIRA E ZÉ CALIXTO, REPETIRAM A DOSE, LANÇANDO EM 1964 E 1965, OS LP’S ‘SÃO JOÃO NO BREJO’ E ‘SÃO JOÃO NO BREJO Nº 2’, AMBOS SOB A COMPETENTE PRODUÇÃO DO NOSSO QUERIDO SERGIPANO JOÃO MELLO.”





“O MARCO INICIAL DAS MARCHINHAS JUNINAS DE GONZAGA FOI UM BAIÃO EM PARCERIA COM O MÉDICO PERNAMBUCANO ZÉ DANTAS, ‘A DANÇA DA MODA’, DE 1950, QUE DECRETAVA EM SUA LETRA: ‘NO RIO TÁ TUDO MUDADO, NAS NOITES DE SÃO JOÃO, EM VEZ DE POLCA E RAN- CHEIRA, O POVO SÓ DAN- ÇA, SÓ PEDE O BAIÃO’”

Mas o disco de maior sucesso, que animou as festas juninas por muitos anos, foi o LP “Quadrilhas e Marchinhas Juninas”, lançado por Luiz Gonzaga em 1965. O lado A todo instrumental, ainda nos dias atuais é utilizado para os ensaios e marcações das quadrilhas juninas. Já o lado B trazia uma nova safra de marchinhas juninas, com novos parceiros, José Marcolino, Luiz Guimarães, João Silva e Gonzaguinha.

No embalo do sucesso do disco de Gonzaga, Gerson Filho lançou em 1967, o LP “Quadrilha Brasileira”. O disco obteve grande êxito e já ganhou várias reedições.

Luiz Gonzaga ainda faria mais dois lançamentos, nesse formato. O LP “São João Quente” de 1972, seguiu o mesmo formato do anterior, o lado A instrumental e o lado B cantado, e também foi adotado para ensaio de quadrilhas juninas. Já o LP “Quadrilhas e Marchinhas Juninas Vol. 2”, lançado em 1979, é todo instrumental.

A aceitação desse estilo de repertório junino se popularizou de tal forma que nas décadas de 60, 70 e 80, foram lançados no mercado dezenas de coletâneas. Com lançamentos anuais, coletâneas como “Pau de Sebo”, da CBS, teve o 1º LP da série, lançado em 1967, revelou algumas das marchinhas de maior sucesso gravadas pelo Trio Nordestino, “Brincadeira na Fogueira”, “Naquele São João”, “É Madrugada”, as três de autoria do paraibano Antônio Barros.

Outras coletâneas famosas foram “O Fino da Roça”, da Philips, iniciada em 1969, “Suplemento Especial de São João”, da Cantagalo, de 1968, da qual Josa O Vaquero do Sertão participou, “O Fino do Fino da Roça” da Sinter, lançada em 1979, “O Fino do Pau de Sebo” da Chantecler, lançada em 1982.

As coletâneas eram a oportunidade das gravadoras concorrentes divulgarem o seu cast de artistas e os lançamentos anuais de Jackson do Pandeiro, Zé Calixto, Abdias, Marinês, Jacinto Silva, Trio Nordestino, Gerson Filho, Clemilda, Genival Lacerda, Dominginhos, Coronel Ludugero e tantos outros.

Sucessos como “Puxando Fogo”, composta e gravada por Elinó Julião, “Procurando Tu” de Antonio Barros, imortalizada pelo Trio Nordestino, as marchinhas de roda compostas por Onildo Almeida para Marinês, como “Tará-Rá-Rá”.

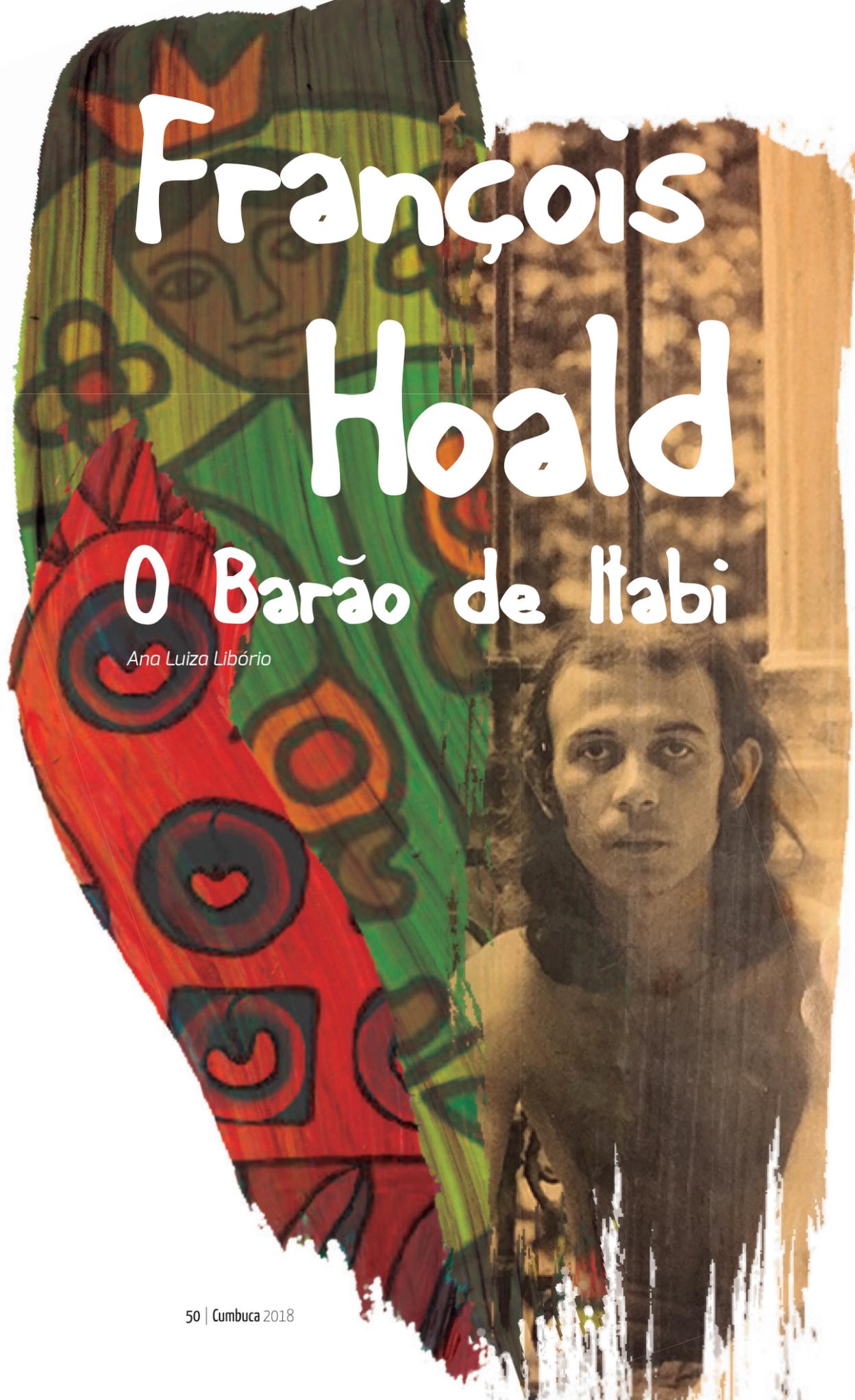
A partir da década 90, as marchinhas juninas, também conhecidas como arrasta-pé e as quadrilhas, desaparecem do repertório dos discos lançados para os festejos juninos, restando apenas registros individuais, de artistas como Marinês, Dominginhos, Nando Cordel, Jorge de Altinho, Flávio José e Targino Gondim.

Recentemente em 2016, a gravadora Sony Music, lançou no mercado um box com os 5 primeiros volumes da coletânea “Pau de Sebo”, incluindo uma relíquia, um texto escrito pelo genial baiano Raul Seixas, na época, produtor musical da gravadora CBS, apresentando as estrelas da música nordestina. **C**

François Hoald

O Barão de Itabi

Ana Luiza Libório



Já nasci gostando de desenhar e pintar, talento que aflorou desde muito pequenina. Certa vez meu pai pintou a garagem de branco e deixou tintas e pincéis ali do lado. Não deu outra... Pintei um lindo jardim vermelhão e colhi uma bela bronca!

Tempos depois em Aracaju descobri, encantada, vários painéis espalhados pela cidade, que me fizeram crer que o meu jardim vermelhão não era de todo tão ruim, já que desenhava florzinhas iguais àquelas tão marcantes que vicejavam por aqui.

Naquela época, aos treze anos, sequer suspeitava imaginar que o destino iria me aproximar, já arquiteta, daquele que foi meu mestre sem nunca ter sido ao vivo!

Desde a primeira vez que visitei o Osiris me encantei com a imensa coleção de trabalhos do pintor das florzinhas, pássaros e cajú que tanto me inspirou. E eram tantas e tão variadas as peças, técnicas e suportes que, só então, descobri a verdadeira dimensão do artista.

Uma pintura de traços simples, fortes e coloridos que exprimia, livre de academicismos e com muita alegria, nossa brasilidade trazendo à tona, sem vergonha ou pudor, os ícones da sergipanidade, especialmente nossos suculentos e cheirosos cajú num "primitivismo tropical brasileiro" como ele mesmo definia a sua arte.



"SOU UM AUTODIDATA. NUNCA DEIXEI QUE ALGUMA ESCOLA ME BITOLASSE. APENAS PROCUREI UM CONHECIMENTO MAIS APROFUNDADO DA ARTE SEM, ENTRETANTO, ME LIGAR À SUAS REGRAS. NÃO SEGUI NENHUMA ESCOLA DE PINTURA E NUNCA ESTUDEI EM LIVROS - O CAJU DE MINHA TERRA, SUA GENTE, SEU FOLCLORE E SEUS PRINCÍPIOS FORAM OS MEUS MESTRES."

François Hoald chega à Bahia pela mão de Renot. Vem de Sergipe, mas passou por Pernambuco e o tropicalismo de sua pintura está ligado aos mestres de Recife e de Olinda, se bem exista nêle certa ingenuidade sergipana a lhe dar marca original. Folhagens e frutas, cajus em profusão, uma festa de cores brasileiras nos quadros de Hoald.

Jorge Amado

Mas o ateliê do Osiris era muito mais que isso, pois fora, antes da reforma e da fama, o Ateliê de François Hoald, que se dizia o Barão de Itabi, hoje nome de rua, e as referências pululavam por ali.

As peças do acervo vão de um oratório de madeira inacabado onde podemos acompanhar todo o processo criativo do artista: desde a preparação do suporte com demãos de tinta PVA branca, ao desenho seguro definido à lápis e a partir daí a pintura. Temos a porta original do ateliê, janelas com bandeiras de vitrais pintados, cerâmica, tapeçaria, alguns riscos e a mais bela morena tropicana sergipana que já vi.

Com tanta matéria em mãos foi fácil diagnosticar o grande artista, porém desvendar o mito vai requerer muita pesquisa. Canceriano e de tradicional família sergipana fugiu de casa para o Recife, onde fez sucesso e fama disputando com Brennand de qual dos dois seria a autoria do mais autóctone dos cajus.

Inteligente, irrequieto e brincalhão dizem que pintou o sete por onde andou, seja no Colégio Atheneu, pequeno demais para o seu gênio artemista, seja no Aracaju onde segundo Barrinhos: “Como sempre acontece, sua terra foi a que menos lhe prestigiou”... Visto que estourou em Pernambuco, Paraíba, Bahia e Sudeste com

mais de dois mil quadros vendidos, matéria no Jornal do Brasil e carinhosos manuscritos de Hunald e Leonardo Alencar, Juca Chaves, Elis Regina, Clovis Bornay, Paschoal Carlos Magno, recomendação de Florisval Santos à Kennedy e do inquestionável trio nordestino: Gilberto Freyre, Jorge Amado e Ariano Suassuna que reconheceram nele o tropicalista dos pincéis.

Nasceu Manoel Roald Batista de Melo — que depois adotou o honorável nome de François Hoald e gostava de ser tratado com as medidas devidas ao seu inventado baronato — em 8 de julho de 1949, talhado para brilhar e, sem dúvida, um dos nossos artistas plásticos com fama incontestável. Após um pequeno acidente automobilístico, e no auge do sucesso, teve o fígado afetado e foi a óbito aos vinte e cinco anos, sendo por tão pouco a exceção que confirma a regra da partida, aos vinte e sete anos, dos gênios vida louca e sua meteórica passagem por aqui.

“Sou um autodidata. Nunca deixei que a escola me bitolasse. Apenas procurei um conhecimento mais aprofundado da arte sem entretanto me ligar a suas regras. Não seguí nenhuma escola de pintura e nunca estudei em livros — o caju de minha terra, sua gente, seu folclore e seus princípios foram os meus mestres”. 



POESIAS

por Ivan Leite



Ivan Leite - reside em Estância-SE, é Engenheiro Eletricista (USP, 1979); Administrador de Empresas (USP, 1980); Advogado (UNIT, 2013); Poeta - participou de diversas antologias como: I Antologia Poética de Sergipe "Poetizando a Vida"; II Antologia Poética de Sergipe "Narrativas Poéticas"; Antologia Eça de Queiroz e Convidados na Bienal do Livro do Rio de Janeiro; Seletas do 3º e 4º Encontro Sergipano de Escritores; Antologia do 3º e 4º Encontro de Escritores Canindeenses e Convidados; II Antologia da Coleção Abrindo ALAS "SOL: omnibus Nascitur"; Antologia do I Encontro Sertanejo de Escritores; Coletânea Internacional Travessia; Antologia de Poesia e prosa IV Prêmio Literário "Escritor Marcelo de Oliveira Souza"; Colectânea de poesia "Solar de Poetas (Lisboa, Portugal); entre outras; Membro correspondente da Academia Literária do Amplo Sertão Sergipano; Deputado Estadual (1990- 1994/1994-1998); Secretário de Estado da Ind. Com. e Turismo de Sergipe, de 1995 a 1998; Diretor Superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe-SEBRAE/SE (2001/2002); Prefeito do Município de Estância (2005 a 2008 / 2009 a 2012); Ambientalista (criou juntamente com seu pai, Dr. Jorge Prado Leite, a 1ª reserva particular de Fauna e Flora de Sergipe, das primeiras do Brasil, na Fazenda Crasto, localizada no município de Santa Luzia do Itanhý/SE).

PRECE SERTANEJA

O mugido triste em meio a lama úmida,
último resquício de água e vida
doía até na alma mais empedernida.
Era a vaca sem leite que já havia
há dias perdido a sua cria,
lambendo naquela terra preta
tentando extrair sobrevida
enquanto a chuva não se avizinha.
Costelas arqueadas que
pareciam ossadas de baleia
mostravam que gordura não
existia, sobrava pele ressequida
que mais parecia lixa recoberta
de pó e areia que produziam
argueiros que se cegavam a visão,
em nada sossegava o dolorido
coração do vaqueiro no sertão.
A dança da chuva, pajelança,
preces e oração misturavam-se
sem distinção, unindo sedentos
e esperançosos cristãos ou não.
Chove chuva quero molhar a mão
de outro líquido que não seja
o meu choro de desespero
ao ver definhando a criação
depois de não mais haver
em pé nenhuma plantação.

SOLIDÃO

A solidão,
dolorido sentimento,
que por óbvio,
quem o tem,
se sente isolado,
mesmo que -
por milhares acompanhados,
ou em recanto refugiado.

Conforto há,
em saber que é
sentimento que não dura,
nem há de durar,
pois a cantiga de roda,
já anuncia:
"Sozinho eu não fico,
nem hei de ficar"
ainda que hoje
eu reflita sobre meu par.

Seja no céu, seja no mar,
voar ou mergulhar,
em busca do eu,
que pode ser você:
solitário apenas o
ficarei, o suficiente
para me ver,
feliz solitário por me encontrar,
ou feliz por idealizar
a quem desejo encontrar
para a busca iniciar.

POETA MIRAGEM

Conta com a companhia
presente de um ente
etéreo, imaginário
dele eterna musa
leal e traiçoeira
por todos almejada
nem sempre alcançada
feitiço sem bruxa
musa permanente
esta ardorosa,
amante diuturna,
que és tu ó paixão
inalcançável em plenitude
que és,és, és,
felicidade.

INSPIRAÇÃO

Tema, mote, assunto, poema meu,
que fale a ti, escutes ou não,
lançarei ao mundo no escuro
da noite quase raiando o sol,
para que despertem juntos
você e o dia, silente no horizonte,
como devem acordar os amantes.

Naquele doce torpor de corpos,
quase unos que se separarem
não o querem, seja noite ou não,
sigo eu a poetar sem corneta
tocante nem grito alucinante,
apenas juntando palavras
que surgem da sua inalação
suave, enquanto sorvo ares,
que não me encham senão
o pulmão e segue ávido,
apaixonado o coração,
insuflando a imaginação.

Poeta e paixão
são unha e carne,
do agora e do instante,
que não vivem do passado,
tampouco para o futuro,
e nem percebem o que
é o presente pois todo
tempo é pura inspiração.

Respira vida,
expira emoção.
Inspiração.

VERSO, REVERSO

Plantações de bem quererres,
cultivo de bem fazeres,
criam clima propício,
a farta colheita de prazeres,
recebidos por merecimento,
dados por gosto e gratidão.
Estranhei ao ouvir a primeira vez,
incrédulo parei com o que ouvi,
chocado, estupefato fiquei:
-Não se ama por gratidão!
Imagina o merecedor que sempre
terá o seu merecido amor.
Mas, refletindo, percebe-se que
o coração tem razões próprias
que a razão não consegue sequer
entender quanto mais esclarecer.
Seria ingrato o coração?
-Não, é pássaro selvagem
que livre canta e voa,
às vezes contra o vento,
e de quando em vez,

aonde o vento lhe apraz
levar, aqui, acolá,
Vivendo e aprendendo:
o reverso do reverso,
é o verso, o reflexo do
amor não é gratidão.
É o brilho do olhar,
comandado pelo
coração.

JOÃO GOMES VIEIRA DE MELO: (1809-1890)

O BARÃO DE MARUIM E SEU TEMPO

por Carlos Pinna de Assis
Da Academia Sergipana de Letras
e da Academia Maruinense de Letras e Artes.



A compreensão da figura singular do Barão de Maruim, como o homem público de maior destaque em Sergipe no Século XIX, exige, necessariamente, a visão do cenário em que nasceu, viveu e pontificou, embora só possamos imaginar o que foi o sentimento de seus contemporâneos quanto a êle e qual a visão que tiveram dos fatos econômicos e políticos que se foram sucedendo da primeira até a última década daquele século.

Certo é que no final do Século XVIII Sergipe experimentou a ebulição da segunda era do açúcar que agitou o Nordeste e substituiu a decadência da mineração como pauta do relacionamento econômico do Brasil com o mundo. (1)

A par de ser a época de maior agitação política da História Moderna, na qual ocorreram a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira, experimentava-se então o resultado da aplicação de novas tecnologias na produção do açúcar, como vislumbre daquela outra revolução, a Revolução Industrial que consolidou o protagonismo dos impérios europeus e determinou profundas alterações no modo de vida das sociedades que se homogeneizavam

¹ LEITE, Rizério - Em 1759 eram registrados 39 engenhos, mas em 1798 o número já atingia 140 (contra os 240 existentes no recôncavo da Bahia). in, "Uma História do Povo de Sergipe", pg. 245.

em ritmo acelerado e irreversível.

Foi nesse quadro histórico econômico e social que os pais do Barão de Maruim construíram a fortuna que lhe foi legada em forma de três engenhos de açúcar, imóveis, rebanhos e a formidável soma em moeda corrente de 40 contos de réis, produtos do trabalho desenvolvido na região de produção rural sergipana em Rosário do Catete, Siriri, Japarutuba, Santo Amaro das Brotas e do nascente centro comercial às margens do rio Ganhamoroba que era a "Aldeia de Ma-

“É de admirar que com condições geográficas tão favoráveis, Sergipe não tenha levado a cabo a interligação de seus rios, desde o São Francisco até o Real”

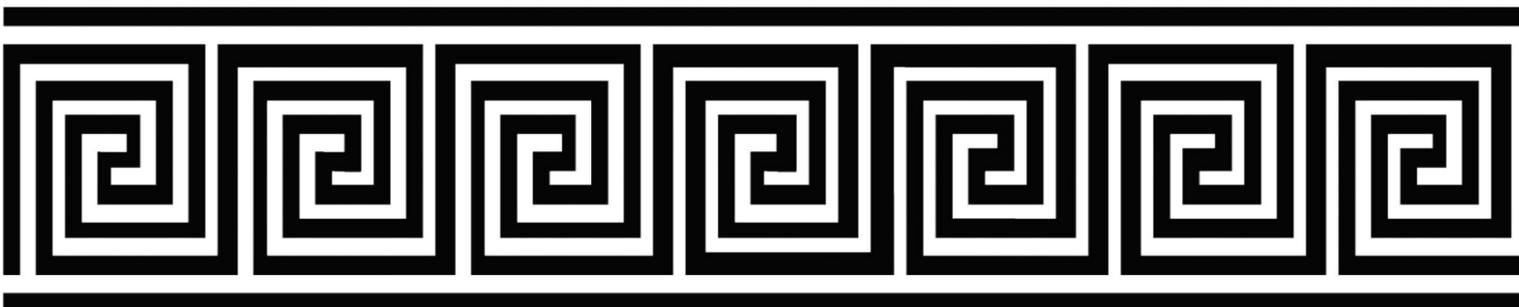
ruim”, registrada por Aires do Casal na sua “Corografia Brasília”.

No início do Século XIX a capital da Região da Cotinguiba era Santo Amaro das Brotas e foi dali que proveio o surto de prosperidade que suscitou a riqueza de Rosário, Siriri (então Pé do Banco), Capela, Laranjeiras, Japarutuba e, afinal, Maruim.

A interligação entre essas vilas e a ligação deles com a capital da Província, então em São Cristóvão, era extremamente precária e ainda mais difícil o escoamento da produção agrícola, na qual avultava a exportação do açúcar.

A hidrovia era, portanto, uma vantagem logística formidável. Os rios Cotinguiba e Sergipe, Japarutuba, Pomonga e Ganhamoroba foram fatores decisivos para o tráfego da produção, importação de utilidades e até de implantação de estruturas administrativas que inevitavelmente redundavam em instâncias de poder político.

É de admirar que com condições geográficas tão favoráveis, Sergipe não tenha levado a cabo a interligação de seus rios, desde o São Francisco até o Real,



especialmente na Região da Cotiguiaba onde a proximidade das bacias era muito mais viável do ponto de vista da engenharia e havia muito mais recursos financeiros disponíveis, como decorrência dos cem anos de progresso econômico contínuo.

Segundo Clóvis Bonfim ⁽²⁾, Santo Amaro das Brotas produzia anualmente: “40 mil arrobas de açúcar, 20 mil canadas de mel, 5.500 canadas de aguardente, 10 mil alqueires de farinha, 3 mil alqueires de mamona e 100 mil cocos”, transportados para o consumo externo pelo Porto das Redes que foi depois substituído pelo porto de Maruim, no rio Ganhamoroba.

Nesta circunstância foi-se formando com muita naturalidade a ampliação da fortuna de João Gomes de Melo e sua consequente atuação política, com um primeiro momento de substituição da liderança até então vigorante de Sebastião Gaspar de Almeida Boto, com a novidade de intervenções culturais e religiosas em Maruim além de uma ação filantrópica e cultural acentuada também a partir de relacionamentos na Corte, muito mais exigentes da habilidade social e da ação política características do reinado de Dom Pedro II.

Como deputado geral e depois senador vitalício o Barão de Maruim superou todos os contemporâneos, entre os quais realçavam o Barão de Propriá ⁽³⁾, o Barão de Itaporanga ⁽⁴⁾ e o Barão de Estância ⁽⁵⁾, para mencionar apenas esses primeiros como líderes conservadores, sendo o último Chefe do Partido Liberal.

Sem dúvida o talento do Barão de Maruim superou o dos correligionários e também o dos opositores liberais e, ainda quando fosse destes o comando do Governo do Império, tanto na Corte quanto em Sergipe era sua liderança que determinava os passos fundamentais da administração, como se deu no caso da mudança da capital da Província, em 1855.

É nesse cenário, nesse tempo, nessas circunstâncias que se construiu o que Rizério Leite denominou o Novo Sergipe (op.cit.,pags. 250/255).

O homem completo, inteiro e equipado para conduzir essa construção, com a ajuda de muitos outros aos quais liderava com naturalidade e eficiência foi, sempre, João Gomes de Melo, o Barão de Maruim. Tendo vivido nos oitenta e nove anos que mediaram entre 1809 e 1890, o nos-

² BOMFIM, Clóvis, “Haveres do Século XIX – Santo Amaro, do Obscurantismo à Luz da História, EDISE, Aracaju, 2013, pag.148.
³ José da Trindade Prado, 1804/1875, presidente da Província 5 vezes.(Wikipedia, A enciclopédia livre acessada, em 03/11/17)
⁴Domingos Dias Coelho e Melo, 1785/1874, primeiro Presidente da Província. Idem, idem)
⁵ Antonio Dias Coelho e Melo, 1822/1904, presidente da Província 1863/66. idem, idem)



O homem completo, inteiro e equipado para conduzir essa construção, com a ajuda de muitos outros aos quais liderava com naturalidade e eficiência foi, sempre, João Gomes de Melo, o Barão de Maruim.



so personagem ocupou o tempo útil do século com o protagonismo que seus dotes e talentos deram-lhe mais que a qualquer outro e otimizou os recursos econômicos e políticos necessários para a realização da tarefa civilizatória no espaço geográfico que lhe coube também balizar, com vista ao progresso do povo que até hoje o cultua como o maior de todos os sergipanos do Século XIX.

Mais que o Boto antecedente, mais que o Barão de Estância, ou o Travassos, o Barão de Maruim, era a própria feição de Sergipe e encarnava a sua província como razão de viver, estando com ela em ligação permanente, com a vida da Província.

Daí porque não deve haver entre ele e os intelectuais conterrâneos que lhe foram contemporâneos qualquer comparação, pois há uma diferença entre a

atuação científica ou artística vivida fora de Sergipe onde brilharam estes sergipanos de gênio, e a vida do homem de ação umbilicalmente ligado à terra que lavrou, valorizou e fez produzir.

Sem o Barão de Maruim a fase de ingresso de Sergipe na Revolução Industrial não teria acontecido tão intensamente como aconteceu, nos albores do século XX e é isto afinal que mais lhe deve o Estado republicano inaugurado menos de um ano antes de sua morte.

Inserido no Brasil, que se transformava, Sergipe correspondeu proporcionalmente à sua parcela geográfica na construção da modernidade que Michel Faure situa entre os anos de 1840 e 1888. ⁽⁶⁾

Registrando a constatação posterior de Ernest Renan ⁽⁷⁾ — no discurso famoso que pronunciou na Sorbonne, em 1882 — de que “a nação é a conjunção da he-

⁶ FAURE, Michel “ Une Histoire du Brésil”, Editions Perin, Paris, 2016, PGS.173 e seguintes, período de tempo que corresponde exatamente à época da atuação política do Barão de Maruim e que teve como consequência a construção da própria nação.
⁷ “RENAN, Ernest, in,op.cit. Faure,Michel.



Igreja Matriz de Senhor dos Passos

rança com a vontade —, Michel Faure desenha o instrumental manejado pelo imperador Pedro II no qual era fundamental o concurso de homens que, como o Barão de Maruim, detinham os predicados, aplicavam os métodos e enxergavam o horizonte próprios do governante esclarecido, em afinação com o poder central que foi a razão porque aqui não se viram as dissenções que marcaram tantos outros lugares, quando da proclamação da república.

Sergipe trabalhador e operoso fez também ciência e arte neste interregno romântico da História Nacional, tendo sempre como sustentação das manifestações do espírito uma estável convivência de seus cidadãos, mantida como efeito da segurança que emanava das instituições. Esse estado de coisas e esse modo de ser dos governantes tinha muito a ver com o temperamento do Barão de Maruim, cujo comportamento jamais desbordou dos limites da boa educação civil.

Fossem outros os homens ou fosse outra a circunstância e talvez o governo sergipano não tivesse o desempenho de primeira qualidade que invariavelmente demonstrou no exercício de mandatos sucessivos até o advento da República em 1889.

As relações com o centro do Império, resultaram determinantes para que se tivesse na menor das províncias a capacidade atrativa de capitais e a referência positiva da educação e produziram a sociedade que se habituou a conviver inclusive com os estrangeiros que para aqui vieram em busca de trabalho e riqueza.

A antiga “Aldeia do Maruim” referida por Aires do Casal, se transformara em uma cidade cosmopolita, com indústria, comércio e vida cultural de igual qualidade às que mais e melhores as tivessem.

O povo exultava e o bem estar resultante da boa qualidade de vida foi fundamental para o progresso que era até exportado em forma de investimentos e de criação de empresas e empreendimentos para além fronteira.

A transição da monarquia para a república — que foi a mais profunda alteração político-administrativa e ideológica da história brasileira — processou-se de modo suave, tal como se dera pouco antes com a abolição da escravatura, que foi fenômeno econômico de significativo efeito na vida sergipana.

Tais sucessos devem ser creditados em sua maior parte à serenidade e determinação com as quais o Barão de Maruim sempre operou a sua liderança, mesmo quando distante de Sergipe ou quando injustiçado pela sanha da inveja, da malícia e da maldade.

João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, era um homem de estatura mediana, mais para alto, enxuto de carnes e, portanto, magro para os padrões de então, com vasta cabeleira crespa aloirada que, com o tempo foi-se tornando acinzentada e afinal alva; de tez corada, olhos claros pequenos e penetrantes, tendo o rosto vincado por profundos sulcos que lhe iam da boca ao queixo de ambos os lados da face escanhoadada. Os lábios finos e regulares encimavam o nariz adunco e proeminente que era a marca distintiva de sua família e perdura mesmo na atual geração de seus parentes.



No busto esculpido por Corinto Mendonça do Gabinete de Leitura de Maruim avultam esses traços que dele faziam uma figura marcante e bem proporcionada. Invariavelmente composta com trajes austeros, sem adereços para além do relógio de algibeira do qual pendia a corrente de ouro a transpassar o colete, sobre a alva camisa de colarinho alto e a discretíssima gravata que encimava o conjunto, como aparece no seu retrato mais difundido.

Assim como no vestir, era um homem de hábitos simples. Gostava da vida no campo e mesmo quando na cidade ou na Côrte mantinha os horários de despertar e de dormir, das refeições, no mesmo



Bandeira da cidade de Maruim

ritmo que aprendera e praticava desde a infância no campo e, talvez por isso, tinha a saúde regular dos disciplinados.

Quando no Engenho, cavalgava desde cedo no canavial e nos pastos, e às vezes estendia a jornada até o fim da tarde, parando apenas antes do meio-dia para uma merenda que lhe serviam os pajens á sombra de árvore frondosa ou no rancho disponível, para em seguida prosseguir com a lida.

Gostava de cavalgar e quase nunca usava a charrete ou a carruagem mesmo no Rio de Janeiro, indo ao trabalho ou aos negócios, que o ocupavam diariamente.

Da vida social cumpria apenas o necessário e lia, com constância diária, não apenas as notícias publicadas nos periódicos mas os relatórios da Câmara ou do Senado e exemplares da melhor literatura que tinha sempre à mão nas quatro casas de seu uso permanente e nas viagens frequentes que empreendia.

Caseiro e organizado com seus papéis e contas, o Barão mantinha uma intensa convivência com a família e, embo-

ra fosse permanentemente solicitado a atender empregados e amigos com os quais tinha gosto de conviver, apreciava conversar com os familiares, especialmente os sobrinhos, entre os quais destacava o seu preferido e mais constante companheiro de trabalhos e viagens José Sotero Vieira de Melo, (1856 -1927). Suas quatro casas, no Engenho Unha de Gato, em Maruim, em Aracaju e no Rio de Janeiro, embora dotadas de todos os itens de conforto da época eram expressão da simplicidade do Barão. Nelas as refeições eram partilhadas com hóspedes e visitas, cujas presenças eram o maior deleite do anfitrião.

Casado com a viúva Maria José de Faro Leitão em 1848 — mesmo ano em que foi eleito para a Assembléia Provincial, em São Cristóvão — tendo sido sucessivamente eleito Deputado Geral para as 9ª, 10ª e 11ª legislaturas, que exerceu no Rio de Janeiro de 1853 até 1860, enviudara em 1859.

É dessa mesma época a nota trágica da biografia do Barão de Maruim, quando sofreu a acusação de ter envenenado sua enteada, do que resultou o processo criminal no qual foi réu por



Portador do título nobiliárquico de barão do Império desde antes de completar quarenta anos de idade, o jovem líder, já então Deputado provincial, fez constar do seu brasão de armas a águia imperial e o leão rompante

três longos anos, tendo sido afinal inocentado no ano de 1862.

Esse processo marcou profundamente o Barão de Maruim que o atribuía a uma perversa conjunção de interesses financeiros e políticos de seus parentes supostos, como descreveu no opúsculo que publicou no Rio de Janeiro no mesmo ano de 1862, intitulado: “Barão de Maruim e o Processo Rollemberg: ao Público e aos seus amigos.”

Simple como era e desprovido de vaidades como sempre fora, passa a demorar-se mais na capital do império. Casou-se em 1864 com a senhora Valentina Soares de Souza, irmã do Visconde do Uruguai que era o seu amigo mais próximo no Senado e que dez anos antes já o ajudara com o patrocínio da nomeação de Inácio Joaquim Barbosa para a presidência de Sergipe, quando foi procedida a transferência da capital da província de São Cristóvão para Aracaju.

Portador do título nobiliárquico de barão do Império desde antes de completar quarenta anos de idade, o jovem líder, já então Deputado provincial, fez constar do seu brasão de armas a águia imperial



Brasão do Barão de Maruim



Tendo sido Grande do Império, além de Vice - Presidente e Presidente da Província de Sergipe, o Barão de Maruim legou aos sergipanos e brasileiros exemplos de honradez, austeridade e competência que poucos, muito poucos, puderam demonstrar ao longo da nossa História.



e o leão rompante que definiam a proposta de ação profissional e política que logrou cumprir durante os mais de quarenta anos seguintes.

Comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro das ordens do Cruzeiro, da Rosa e de São Gregório Magno não ostentava essas comendas senão em raríssimas ocasiões solenes, como também não costumava usar o uniforme de Comandante da Guarda Nacional.

Tendo sido Grande do Império, além de Vice — Presidente e Presidente da Província de Sergipe, o Barão de Maruim legou aos sergipanos e brasileiros exemplos de honradez, austeridade e competência que poucos, muito poucos, puderam demonstrar ao longo da nossa História.

Desse insigne homem público, desse notável estadista, desse exemplar empenhador e filantropo ainda haverá



muito a se dizer no futuro, para que se faça justiça ao passado e no presente se construam as bases de um futuro ainda melhor para os nossos descendentes.

Ao ensejo da inauguração da Academia Maruinense de Letras e Artes, acrescenta-se ao instrumental que Maruim tão zelosamente preservou, a operacionalidade de uma instituição nova, cujo cabedal maior é a articulação com

as congêneres, a vinculação com a Academia Sergipana de Letras e a inspiração da Academia Brasileira, em cujas tradições e operoso trabalho iremos buscar sempre o combustível necessário ao funcionamento do novél academia, na condição de membro fundador dessa agremiação, honrosamente ocupo a cadeira nº 6 que tem esse ilustre sergipano no patronato.



Brasão da cidade de Maruim

NOTAS FINAIS:

1. Falecido em 23 de abril de 1890, no Rio de Janeiro, foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, teve seus restos mortais trasladados para Maroim no ano de 1937, às expensas do Governo do Estado de Sergipe, para tanto autorizado pela Lei Estadual nº 56, de iniciativa do Deputado Alfredo Leite, sancionada em 15 de dezembro 1936. (O Estado de Sergipe, em 10 de janeiro de 1937, quando era Diretor de Redação Adroaldo CAMPOS.)

2. A última homenagem que lhe foi prestada data de 10 de outubro de 1948, e foi assim descrita no “Correio de Aracaju” no texto de Seixas DÓRIA:

“Barão de Maroim – A velha e tradicional cidade de Maroim de um passado imorredouro nos ilustre da vida política social e comercial do nosso Estado, vai render, amanhã mais uma homenagem á memória de um de seus mais ilustres filhos, o grande sergipanos JOÃO GOMES DE MELO Barão de Maroim.

Quanto mais decorrem os anos: quanto mais longínquos se vão os tempos gloriosos do Império, mais avultam no espírito e na memória dos brasileiros á evocação dos grandes homens públicos que se fizeram á sombra desta figura tutelar imortal e única de monarca que foi Pedro II.

JOÃO GOMES VIEIRA DE MELO pertenceu a esta estirpe gloriosa que tanto servidores deu ao Brasil Império. Lutador intemperato, entrando cedo na vida, e “ entrando pé os seus desertos”, como dizia 11ª frase terça e lapidar o grande Francisco de Castro – o Barão de Maroim foi um produto de seu próprio esforço. Lutando sozinho, em começo para aquisição de recursos iniciando-se na vida agrícola; a posteriormente ingressando na política da Província, até atingir as culminâncias de chefe do partido Conservador e senador do Império, passou em várias etapas pela Assembléia de Sergipe; pela Câmara Federal, vice- presidente, presidente da Província, e em todos estes postos a sua ação ponderada e benfazeja esteve sempre a serviço

de nossa terra, que teve nele um dos fortes baluartes na mudança da nossa antiga Capital para Aracaju, concorrendo mesmo com os seus recursos para a construção imediata da atual rua de João Pessoa, e mais rápida efetivação da nova Cidade.

Do seu amor à terra berço – a tradicional cidade de Maroim, da sua generosidade e desprendimento, nada mais significativo que o majestoso templo – a grande Matriz – construída às suas expensas, e por ele doada ao padroeiro da Cidade – o venerando Senhor Bom Jesus dos Passos – templo a poucos anos considerado o mais completo e o melhor decorado das igrejas de Sergipe. Este e outros de sua personalidade não passaram despercebidas ao grande monarca que o inclui entre os titulares do regime - com o Baronato de Maroim. E é este ato do imperador que a cidade vai festejar, Caráter de grande firmeza, cidadão de vida impoluta, e de grande conceito, dentro e fora da Província, em torno de sua personalidade, formou-se na Antiga Côrte, um círculo de amigos pessoais e políticos, que grangearam para o seu nome e para o seu partido um grande prestígio, irradiando-se nas rodas sociais das grandes metrópole, e levando-o, já viúvo a desposar, em segundas núpcias uma das irmãs do Visconde de Uruguai, da elite da antiga aristocracia do Império, fixando a sua residência no velho solar de Petrópolis, onde permaneceu até a queda do regimen, quando recolheu-se à vida privada, encerrando a sua carreira política.

A cidade de Maroim, vai portanto não só reverenciar agora a memoria do seu grande filho e benfeitor, mas cumprir um grande dever cívico de não deixar se apagar no esquecimento o nome de um grande cidadão que tanto soube honrar a nosa terra e a nossa gente.

Com Maroim, todo Sergipe, celebrando a memória do grande brasileiro, deposita sobre o seu tumulo os geiros de sua saudade, as rosas de sua gratidão”.

(“Correio de Aracaju” Sábado 09 de outubro de 1948, Ano XLI nº 4.683.) 

